

AUTOCONSTRUÇÃO

EXPRESSÃO DO SER NO MUNDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

THAIZA LUIZA COSTA SANTOS

AUTOCONSTRUÇÃO:
EXPRESSÃO DO SER NO MUNDO

LARANJEIRAS
2019

THAIZA LUIZA COSTA SANTOS

**AUTOCONSTRUÇÃO:
EXPRESSÃO DO SER NO MUNDO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal de Sergipe como requisito básico para a conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Antônio Santos de Souza

LARANJEIRAS

2019

THAIZA LUIZA COSTA SANTOS

**AUTOCONSTRUÇÃO:
EXPRESSÃO DO SER NO MUNDO**

Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado em 04 de abril de 2019 como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Antônio Santos de Souza
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dra. Ana Maria de Souza Martins Farias
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Ma. Heloisa Diniz de Rezende
Universidade Tiradentes

AGRADECIMENTOS

À meus pais, que me ensinaram o que é um lar. O amor e apoio de vocês me trouxeram até aqui.

À meu orientador, Fernando, que é um professor na mais perfeita definição da palavra. Sem ele, esse trabalho não existiria dessa forma. Obrigada por ampliar minha visão de mundo.

À João, que acompanhou todo o processo e acreditou em mim desde o dia 01. Obrigada por todo amor e carinho com que me ouve falar de tudo, inclusive de arquitetura.

À Manu, a amiga-irmã que a arquitetura me deu. Conhece meu trabalho quase tanto quanto eu. Obrigada por estar por perto nos momentos bons e ruins.

À meus amigos, Binha e Iago, que compreenderam minha ausência e me dão uma carga de ânimo sempre que preciso. Obrigada por estarem comigo do início ao fim.

À todos os amigos que fiz no curso de Arquitetura e Urbanismo. Obrigada pela troca de experiências e vivências.

A casa é o eu de cada um.

Álvaro Siza

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo explorar metodologias que envolvam os cidadãos nos processos de decisão em projetos de habitação social. A base do estudo é a ligação entre habitar, autoconstrução e o arquiteto. Inicialmente é apresentado um panorama sobre déficit habitacional, histórico da autoconstrução no contexto capitalista e o lugar que o arquiteto ocupa na sociedade. Em seguida é desenvolvido o conceito de autoconstrução como expressão do ser no mundo, através do pensamento filosófico de Heidegger sobre a relação entre habitar e construir em oposição aos conceitos modernistas que permeiam até hoje a habitação social. Posteriormente, há o resgate da autoconstrução somente como valor de uso através da pesquisa de influências estrangeiras e nativas na construção da arquitetura vernacular nacional e relevância dos saberes populares. Propõe-se a análise do habitar nos processos de autoconstrução como forma de compreender o modo de morar da população de baixo poder aquisitivo e preservação de técnicas de construção populares. Por último, defende-se o projeto como um meio e não como fim. O arquiteto mais do que um projetista, um criador de interfaces. Através da análise do uso da autoconstrução de três formas diferentes, chega-se a conclusão de que é possível aliar a participação do morador na concepção projetual, preservando suas tradições, com a participação direta do arquiteto: como criador de interfaces, como investigador da cultura local, como tradutor dos desejos dos moradores, como técnico que aperfeiçoa saberes populares.

Palavras-chave: Autoconstrução. Prática Arquitetônica. Processos Participativos. Heidegger. Criação de interfaces.

SUMÁRIO

01 INTRODUÇÃO	17
02 AUTOCONSTRUÇÃO E A CRISE CONTEMPORÂNEA DO HABITAR	21
2.1. HISTÓRICO DA AUTOCONSTRUÇÃO	22
2.2. CONTRADIÇÕES DA AUTOCONSTRUÇÃO	24
2.3. CONJUNTOS HABITACIONAIS	28
2.4. PRÁTICA E FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUITETO	30
03 HABITAR	33
3.1. O EXISTENCIALISMO DE HEIDEGGER	34
3.2. A HERANÇA MODERNA	38
3.3. AUTOCONSTRUÇÃO COMO SER NO MUNDO	42
04 PRÁTICAS QUE HABITAM	51
4.1. AUTOCONSTRUÇÃO COMO RESISTÊNCIA	53
4.2. AUTOCONSTRUÇÃO COMO POTENCIALIZAÇÃO DE PERTENCIMENTO	57
4.3. AUTOCONSTRUÇÃO COMO INTERVENÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO	60
4.5. OPEN SOURCE	64
05 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
06 REFERÊNCIAS	68



Fonte: Arquivo Pessoal.

01 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi uma jornada inesperada: comecei sem ter noção do quanto eu me desconstruiria no processo de desenvolvimento. Terminei com a certeza de que ser arquiteta tem menos a ver com ser uma estrela e mais com ser catalisadora de transformação.

Antes de apresentar o trabalho, gostaria de fazer um relato pessoal como discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo que explica os motivos de como cheguei ao objetivo estabelecido para este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no sentido de contribuir para o processo de ensino e aprendizagem, bem como contextualizar a pesquisa desenvolvida.

Sempre existiu e é crescente a preocupação com o déficit habitacional, especialmente relacionado à população com menor poder aquisitivo e os seus efeitos na sociedade. No entanto, pouco é questionado na academia a prática profissional de arquitetura junto às diferentes situações em que ocorrem as demandas habitacionais. Talvez por isso, estejamos há décadas propondo soluções que são pouco efetivas.

Na semana acadêmica em 2017, foi desenvolvida uma oficina junto a uma vila de pescadores localizada em Laranjeiras-SE. Os pescadores ocupavam a margem do rio, mas em um terreno que não tinham a propriedade. Havia sido realizado um acordo com o proprietário do terreno na qual os pescadores poderiam ocupar a área desde que construíssem casas efêmeras para que não tivessem direito a usucapião no futuro. As “casas” eram compostas de praticamente só um cômodo e feitas de ripas de madeira; não tinham energia elétrica, saneamento ou água encanada. Essa experiência me motivou a desenvolver o tema da autoconstrução, como contribuição para melhorar a vida dos pescadores em termos de arquitetura. Já que existem tantas soluções arquitetônicas desenvolvidas e testadas que podem ser aplicadas, como, por exemplo a bioconstrução, ou mesmo porque não projetar uma casa montável, acessível e sustentável?

Há muito está difundida a ideia de que nossa contribuição para sociedade se dá através do projeto. Podemos entender de leis e teorias, mas o supracitado das soluções é a representação em desenho. Constantemente nos deparamos com concursos de arquitetura que buscam projetos de casas de baixo custo, pré-fabricadas, sustentáveis, que podem ser montadas no local por qualquer pessoa e adaptáveis para diversos lugares no mundo. Esse conceito não é novo, a exemplo da Maison Tropicale de Jean Prouvé projetada em 1947. Todavia o resultado normalmente é o mesmo: projetos que não saem do papel ou casas implementadas sem sucesso que são desmontadas e/ou destruídas.

Essa era justamente a ideia inicial, mas nos deparamos com uma série de questionamentos. Quando nós arquitetos propomos habitação social, estamos realmente imergindo na realidade dos futuros usuários ou estamos projetando baseado no que nós consideramos certo? O espaço visa atender as necessidades da família moradora ou predeterminamos comportamentos por meio do estabelecimento prévio das funções dos ambientes da moradia proposta realizada em cada metro quadrado, esperando que ocorra uma ótima adaptação porque estamos atendendo as medidas mínimas? É possível conceber uma casa com suas demandas ambientais, sociais, econômicas e técnicas de forma adaptada à cultura local? Será que não temos nada a aprender com técnicas de construção seculares transmitidas de geração a geração? Todas as famílias têm os mesmos costumes no ambiente doméstico?

O que vem ocorrendo de fato é a utilização de materiais baixo custo e a dispensa de mão de obra especializada tanto para projeto quanto para execução. Entretanto, isso é realmente o que encarece e impossibilita o acesso a moradia? E quanto à exploração do trabalhador que dedica, junto com família e amigos, horas de trabalho não remunerado para construção da sua moradia? Em nenhum momento nesses projetos discutimos que o terreno é que possui alto custo imobiliário e motiva a ocupação das áreas periféricas da cidade. Inúmeros projetos foram premiados nos últimos anos e, no entanto, em nenhum momento essa discussão aconteceu.

Antes de fazer um projeto, houve a necessidade de obter as respostas a essas perguntas. Este trabalho nasce da preocupação em compreender essas questões, embora sabendo que muitas delas necessitam de um tempo maior para serem explicadas. O desejo de querer trabalhar para quem não tem condições de contratar um profissional, ou seja, a maior parte dos brasileiros, complementa e direciona essa pesquisa.

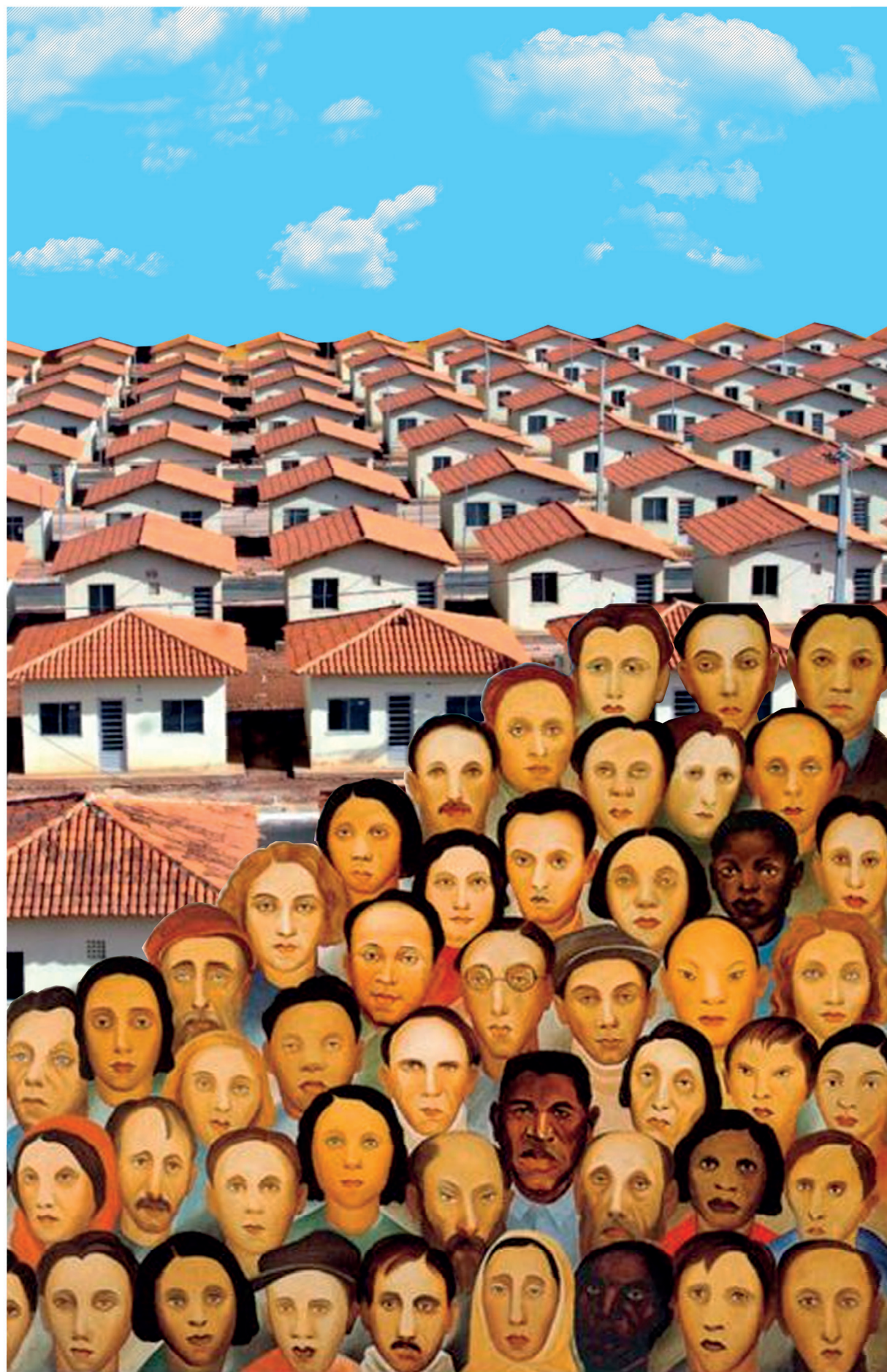
Pessoas como meus avós que autoconstruíram suas casas; pessoas como meus pais que, na atual política habitacional, talvez nunca cheguem a ter uma casa própria, mesmo com a implementação da Lei da Assistência Técnica à Moradia de Interesse Social, que tornaria acessível o trabalho do arquiteto. É preciso questionar o *modus operandi* da prática profissional do arquiteto. A arquitetura tem que se voltar para produção de espaços protegidos da ordem vigente em que o processo valha mais do que o produto final. Um processo que entenda a lógica de produção do espaço e a bagagem cultural dos moradores, permitindo que possam contribuir e elaborar em conjunto com os profissionais habilitados propostas condizentes com sua realidade.

Diante disso, o objetivo principal deste trabalho é explorar metodologias que envolvam os cidadãos nos processos de decisão em projetos de habitação social. A partir disso desenvolve-se os objetivos específicos: avaliar a concepção das práticas de autoconstrução como alternativa da arquitetura na atualidade; discutir o habitar sob aspecto filosófico, social e cultural com foco em classe social baixa no Brasil; discutir formas alternativas de atuação do arquiteto junto a população com menor poder aquisitivo.

O eixo metodológico que norteia a discussão é a ligação entre habitat, autoconstrução e

arquitetura, apoiada no pensamento de Heidegger. Nesse sentido, numa perspectiva dedutiva indutiva lógica se discutiu o conceito de autoconstrução e o papel da prática arquitetônica, a partir principalmente dos autores: Bonduki (1994), Villaça (1986), Kapp (2011), Morado Nascimento (2010), Montaner e Muxí (2014), Heidegger (1951), Ábalos (2013) e Weimer (2005).

No segundo capítulo é apresentado um panorama sobre déficit habitacional, histórico da autoconstrução no contexto capitalista e o lugar que o arquiteto ocupa na sociedade. No terceiro capítulo, é desenvolvido o conceito de autoconstrução como expressão do ser no mundo, através do pensamento filosófico de Heidegger sobre a relação entre habitar e construir em oposição aos conceitos modernistas que permeiam até hoje a habitação social. Há o resgate da autoconstrução somente como valor de uso através da pesquisa de influências estrangeiras e nativas na construção da arquitetura vernacular nacional e relevância dos saberes populares. Propõe-se então a análise do habitar nos processos de autoconstrução como forma de compreender o modo de morar da população de baixo poder aquisitivo e preservação de técnicas de construção populares. No quarto capítulo defende-se o projeto como um meio e não como fim. O arquiteto mais do que um projetista, um criador de interfaces. Para tanto analisa-se o uso da autoconstrução nos projetos Casa de las parteras (Departamento de Arquitetura da Universidade Iberoamericana), Moradias Infantis (Aleph Zero e Marcelo Rosenbaum) e Quinta Monroy (Elemental).



Fonte: Arquivo Pessoal

02 AUTOCONSTRUÇÃO E A CRISE CONTEMPORÂNEA DO HABITAR

Tradicionalmente o trabalho dos arquitetos é opor-se a natureza, criando espaços e traduzindo em suas obras valores religiosos e políticos de acordo com a ordem vigente. Sendo o projeto a forma como apresentamos e vendemos nosso trabalho, este fica restrito a camada mais abastada da população que pode pagar por ele. No entanto, as demandas do resto dos cidadãos continuam existindo sem que eles tenham meios para contratar profissionais que os auxiliem. Portanto a solução encontrada por esse segmento excluído da população é eles mesmos resolverem da forma que sabem, a partir de conhecimentos passados de geração em geração. Nesse sentido, evidencia-se, que defendemos nosso papel social, mas pouco contribuimos de fato para população baixa renda.

De acordo com o relatório lançado em 2014 pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, o Brasil possui cerca de 33 milhões de pessoas sem moradia. Cerca de 24 milhões dos que não possuem habitação adequada ou não têm onde morar vivem nos grandes centros urbanos. Se o cálculo incluir moradias inadequadas (sem infraestrutura básica), o número chega a uma faixa de 12,7 a 13 milhões de habitações, com 92% do déficit concentrado nas populações mais pobres. Além disso, de acordo com a pesquisa do Instituto Datafolha em 2015, 85% dos que construíram ou reformaram não contrataram os serviços de arquiteto e/ou engenheiro. Ou seja, é possível constatar que a principal forma de acesso à moradia das classes sociais baixas é a autoconstrução. De acordo com Bonduki (1994), nessa forma de acesso à moradia, o proprietário é responsável por gerir a edificação de sua residência desde a escolha do terreno até a finalização da obra:

[...] sua característica básica é ser edificada sob gerência direta do seu proprietário e morador: adquire ou ocupa o terreno; traça, sem apoio técnico, um esquema de construção; viabiliza a obtenção dos materiais; agencia a mão de obra, gratuita e/ou remunerada informalmente; e constrói sua casa. (BONDUKI, 1994, p. 258)

2.1. HISTÓRICO DA AUTOCONSTRUÇÃO

Para entender melhor a autoconstrução, é preciso considerar alguns antecedentes que contribuíram para viabilização dessa prática. De acordo com Harms (1982), circunstâncias favoráveis a autoconstrução podem ser reconhecidas em dois períodos de crise do sistema capitalista: no estabelecimento do capitalismo industrial na Europa no século XIX e no estabelecimento do sistema capitalista como modo de produção em países subdesenvolvidos, após a Segunda Guerra Mundial.

O Brasil, como grande parte dos países que foram colônias europeias, industrializou-se tardiamente. Consequentemente apresentou um crescimento acelerado de suas metrópoles industriais, intensificando os desequilíbrios provenientes desse processo, como o descompasso entre demanda e oferta por habitação. Segundo Silva (1997) a aprovação da Lei de Terras em 1850 iniciou a mercantilização do solo, permitindo a aquisição de terrenos somente através da compra. A partir dessa lei, o poder público não mais poderia ceder terras sem uso para os que queriam cultivar ou morar e nem os cidadãos poderiam apossar-se delas. Como afirma Villaça (1986), o capitalismo reforçou a propriedade privada da terra e transformou-a em mercadoria. Logo a terra tem um preço. Portanto ao comprar um terreno está agregado o pedaço da matéria terra, que serve de apoio físico, e uma localização.

Devido a isso surge também a mercantilização de habitações. Houve um descompasso entre demanda e oferta por habitação com o passar dos anos e prejudicou principalmente o trabalhador. Instaurada a primeira crise habitacional, a iniciativa privada ofereceu como solução as casas de aluguel. O aumento populacional e consequente adensamento nas habitações disponíveis deram origem aos cortiços que tornou-se a habitação predominante nas primeiras três décadas do século XX, especialmente na região sudeste do Brasil.

As intervenções estatais de repressão para controle sanitário e restrição à construção de novos cortiços, supostamente para impedir o surgimento de epidemias urbanas, eram ações pontuais e não buscavam eliminar as condições precárias de moradia dos trabalhadores. Nesse período surgiu outra opção de moradia de aluguel, as Vilas Operárias, construídas pela iniciativa privada e que distinguiam-se dos cortiços pela presença de tanque e sanitários individuais.

Em 1942 foi implantada a Lei do Inquilinato que congelou o preço dos alugueis. O Estado conseguiu, como eram seus objetivos, desestimular os investimentos privados no mercado de aluguel e, também, conter a elevação dos custos dos salários. No entanto, em vez de proteger o trabalho, as medidas geraram uma grande quantidade de despejos. Se antes era a iniciativa privada que provia as habitações populares, depois da Lei do Inquilinato os investidores não consideravam a construção de casas operárias como uma atividade lucrativa e o Estado não tinha condições financeiras para resolver o déficit habitacional.

Diante da falta de opção, a autoconstrução mostrou-se como uma saída para o acesso a moradia e assim surgiram as primeiras favelas. Antes tratada como um problema de higiene, a habitação torna-se pauta das discussões (entre governo, intelectuais e mídia) e começa a ser vista como um problema que afeta o desenvolvimento econômico do país. Segundo Balthazar (2012) duas principais questões norteavam o novo posicionamento em relação a habitação. A primeira era o custo da reprodução da força de trabalho, ou seja, seu valor como um fator econômico essencial na estratégia de desenvolvimento nacional e acumulação de capital. A segunda questão era o potencial da moradia para influenciar ideológica e moralmente o trabalhador, com o objetivo de apoio político através da formação de uma mentalidade burguesa na classe operária. Por isso a solução apoiada pelo poder público e pela mídia foi a autoconstrução da casa própria na periferia. Com isso, o Estado e a iniciativa privada se abstêm do compromisso de investir em casas populares transferindo a responsabilidade para o trabalhador. Além disso, também beneficiava os interesses das classes dominantes como a eliminação dos cortiços e segregação espacial das classes sociais.

Bonduki (1994) afirma que a solução da autoconstrução precisou ser incentivada por causa da falta de atrativos para população de baixa renda como a distância e a inexistência de infraestrutura na periferia. Dentre os argumentos utilizados pelo governo e pela mídia, um deles era que a habitação coletiva/cortiço eram promíscuas, imorais e inadequadas. A moradia individual para a família nuclear (pai, mãe e filhos) era a forma adequada e saudável de se viver de acordo com a moral cristã. Além disso, se elogiava a poupança, o esforço pessoal e até o sacrifício do trabalhador que conquistava a casa própria. Somados a isso, alguns fatores foram fundamentais para viabilização da autoconstrução como a compra à prestação, o loteamento na periferia e o transporte coletivo.

Com a falta de controle por parte do Estado no processo de ocupação e crescimento das áreas periféricas, a compra e gestão desses territórios ficaram sob responsabilidade da iniciativa privada cujos objetivos eram principalmente a especulação imobiliária por meio da criação de vazios urbanos à espera de infraestrutura privilegiando assim a comercialização dos lotes mais distantes. De acordo com Balthazar (2012), sob uma perspectiva crítica podemos dizer que a autoconstrução contribui para o advento de uma cidade ilegal, desprovida de infraestrutura, acarretando inúmeros transtornos para os seus moradores.

2.2. CONTRADIÇÕES DA AUTOCONSTRUÇÃO

A autoconstrução, por muitos séculos, foi o único modo de provisão habitacional. No Brasil, abrange todas as habitações construídas da época da colonização e de períodos anteriores como as produzidas pelos índios. A autoconstrução identificada neste breve histórico, refere-se especificamente ao resultado da atividade do morador de construir a casa própria inserida no contexto capitalista. Como afirma Villaça:

Numa primeira reflexão, a moradia aparece em nossa mente como um abrigo que nos protege e dá privacidade. Para o homem da caverna talvez a habitação fosse apenas isso mesmo. Já para o homem medieval, entretanto, a habitação era mais que isso, pois, pelo menos no caso do homem urbano, era também seu local de trabalho. Já sob o modelo capitalista de produção, a habitação terá outros papéis e significados. (Villaça ,1986, p. 83)

A diferença entre a autoconstrução dos índios e as produzidas nas favelas é o contexto em que estão inseridas. No contexto indígena, por exemplo, a habitação integra um conjunto de atividades realizadas para o autoconsumo, assim como a alimentação e o vestuário. Num contexto capitalista, além do valor de uso, a habitação possui valor de troca. Como afirma Villaça (1986), a habitação é uma mercadoria que não pode ser vendida sem a terra, que tem um alto custo imobiliário e por isso motiva a expulsão dos pobres para as áreas periféricas da cidade. Além disso, Oliveira (2003) aborda a exploração do trabalhador como sendo dupla, pois o componente habitacional não faz parte da “cesta básica” do trabalhador e as horas de trabalho dedicadas na construção da moradia não são remuneradas:

Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fim de semana e formas de cooperação como o ‘mutirão’. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois seu resultado - a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho - de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de ‘economia natural’ dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho (Oliveira, 2003, p.59).

Como abordado por Bolaffi (1979), é preciso atentar-se para analisar o problema da habitação inserido no contexto de contradições sociais. Do contrário, se encoberta a concentração de renda e as desigualdades sociais criando “panos de fundo” para justificar medidas destinadas a satisfazer outros propósitos. Dessa maneira, nas palavras de Villaça (1986), tal situação faz com que os trabalhadores acreditem que o problema da habitação é mesmo muito complexo, difícil e no fundo, insolúvel, e que a burguesia está fazendo tudo que pode para resolvê-lo, ou melhor, para minorá-lo, já que resolvê-lo mesmo seria impossível. Assim, adotando a crença de que o déficit habitacional é inerente ao desenvolvimento do capitalismo, o problema passa a ser o enfrentamento dos seus efeitos como a falta de higiene, o risco à saúde pública e a ilegalidade.



Figura 01 - Oca Indígena na regioao do Xingu. Fonte: Brasilia Concreta (2016)



Figura 02 - Praia da Gamboa em Salvador-BA. Fonte: Arquivo Pessoal.

Na conjuntura atual, a adoção da prática da autoconstrução em políticas públicas é uma forma paliativa de solucionar o problema da moradia. Enquanto a habitação não fizer parte da composição do custo da “cesta básica” do trabalhador, a autoconstrução como forma de acesso à moradia precisa do amparo técnico e financeiro do Estado. De acordo com Burgess (1982) deve-se considerar, também, que a prática individual da autoconstrução afasta as pessoas umas das outras, individualizando descontentamentos e dificultando ações coletivas e de solidariedade.

No entanto, na autoconstrução, o controle do processo construtivo e liberdade de tomar decisões atende de forma mais eficaz às necessidades da família. Além disso, como destacado por Turner (1976), a moradia deve ser entendida como um processo e não como uma unidade habitacional, já que são os processos e as relações mútuas entre pessoas que fundamentam a experiência e os valores humanos. A importância da casa estaria no que ela faz pelo usuário e não pelo o que ela é, no sentido material.

[...] apenas a casa própria auto empreendida permite que a família possa, com segurança, incorporar trabalho e recursos para remoldar e melhorar permanentemente o espaço físico, de modo a fazê-lo refletir e expressar o cotidiano familiar enquanto que, na casa de aluguel ou cedida, o mais comum é a família ter que se amoldar ela própria [...] Isto explica também porque uma camada bastante significativa da população de baixa renda prefere a casa auto empreendida à casa própria padronizada em conjunto habitacional produzido por empresas governamentais (BONDUKI, 1994, p. 294).

Segundo Turner (1972), na provisão habitacional é importante ter o princípio da equifinalidade para preservar a liberdade e autenticidade cultural satisfazendo assim os anseios do usuário. De acordo com essa teoria, não existe uma única maneira certa de resolver um problema, mas sim várias alternativas dependendo de cada caso. Portanto, aplicado na habitação, Turner defende que a quantidade de pessoas responsáveis pela decisão (usuários, provedores e reguladores) e os processos (planejamento, construção e administração) devem ser tão amplos quanto possível.

As condições precárias dos espaços autoconstruídos não se devem prioritariamente a incompetência, segundo Lefebvre (1991), mas a pobreza material e política de seus autores. Afinal, eles fazem parte da mesma força de trabalho de cuja exploração a cidade formal sempre dependeu. Em contrapartida, as qualidades desses espaços decorrem principalmente de uma vida social muito mais intensa do que as porções burguesas das cidades. Mesmo diante das condições precárias, muitas vezes eles ordenam o espaço mais efetivamente do que especialistas, que traduzem a ordem social na arquitetura com ou sem ordens diretas de autoridades políticas e econômicas.

No planejamento urbano e diretrizes governamentais em relação a habitação, é comum a heteronomia ou imposição de uma lei por outro (heteros). Como afirma Kapp (2011, p. 03) o discurso especialista se sobrepõe às decisões a que os próprios habitantes teriam direito com

a justificativa de que lhes faltaria conhecimento, informação, maturidade ou organização. Se inicialmente houve um incentivo para autoconstrução nas periferias, com a consolidação da arquitetura modernista e do urbanismo corbusiano, foi difundido o provimento habitacional de massa. O conjunto habitacional possui o monopólio radical nesse contexto. De acordo com Illich (1973), monopólio radical não é a exclusividade de uma marca ou empresa, mas quando um produto atinge tal domínio sobre o imaginário social que passa a ser visto como única solução possível capaz de satisfazer determinada necessidade, eliminando qualquer outro produto ou processo. Ainda segundo Kapp (2011), mais do que qualquer outra produção, o conjunto habitacional evidencia as mazelas cotidianas da aparente eficiência técnica e administrativa das operações em grande escala.

Figura 03 - Casas autoconstruídas em Cabloco, distrito de Afrânio-PE. Fonte: Viva o sertão (2014)



Figura 04 - Casas do programa Minha Casa Minha Vida. Fonte: Bruno Peres (2018)



2.3. CONJUNTOS HABITACIONAIS

O primeiro programa de provisão habitacional promovido pelo governo brasileiro foi o Fundação da Casa Popular em 1946. Após seu fracasso, vários o sucederam como BNH (Banco Nacional de Habitação), Pró-Moradia e Habitar Brasil. Atualmente o principal programa é o Minha Casa Minha Vida, já com indicações de ser extinto. Todos esses programas têm em comum a tomada de decisões de cima para baixo que universalizam soluções para um perfil familiar genérico.

No atual programa, Minha Casa Minha Vida, as diferenças no tamanho e na tipologia (casa ou apartamento) são resultado de uma mesma concepção geral baseada na predeterminação do modo de morar e em um perfil pré-determinado de família nuclear nos moldes burgueses.

Embora este perfil (casal mais filhos) ainda seja majoritário na sociedade brasileira, indicadores recentes têm apontado para tendências de alterações importantes: não só o número de filhos tem diminuído, como tem aumentado o número de famílias com outros perfis, como por exemplo, as chefiadas por mulheres sem cônjuge. Há que se considerar ainda a existência de famílias ampliadas, compostas de membros com graus variados de parentesco e ligação: noras, genros, sobrinhos, netos, afilhados, etc., assim como a existência de disparidades consideráveis entre as diversas regiões do país. [...] um programa nacional de moradia que considere apenas um perfil de morador incorrerá em generalizações e distorções grosseiras que não atenderão satisfatoriamente todos os grupos a que se destina (MORADO NASCIMENTO E TOSTES, 2010, p. 03).

Assim como o perfil familiar é pré-determinado, também são as funções dos cômodos. Rigidamente separados, cada ambiente tem sua função definida previamente de forma universal e genérica (dormir no quarto, socializar na sala, etc) ignorando demandas culturais que, no dia-a-dia e conforme a necessidade da família, geram configurações, arranjos e combinações bem diversificadas. Já nos espaços autoconstruídos são comuns arranjos espaciais mais complexos, sem que cada cômodo atenda apenas a uma função:

[...]a cozinha é muitas vezes um espaço de sociabilidade, e não de mero “serviço” a cargo de trabalhadores domésticos como nas casas de classe média, assim como é usual dormir em espaços que não sejam exclusivamente quartos, uma vez que a especialização de usos em cada espaço nem sempre está presente (MORADO NASCIMENTO E TOSTES, 2010, p.03).

A consolidação da arquitetura moderna europeia no início do século XX trouxe a concepção do espaço como resposta funcional ao que se adotou como necessidades humanas universais, através de uma especialização e relação direta entre espaços e ações (dormir-quarto, cozinhar-cozinha e etc.). Como consequência desse período, a setorização em áreas social, de serviços e íntima representa a casa burguesa brasileira que consolidou-se na cultura arquitetônica nacional como resposta genérica às demandas do morar. Como dito anteriormente, a moradia foi usada para formação de uma mentalidade burguesa na classe operária. Dessa forma, apesar do modo de vida burguês não ser o mesmo de grande parte da população, é imposto a todos um

modo atrofiado de morar e com qualidade arquitetônica inferior. Essa concepção tornou-se um pressuposto tão difundido e assimilado que até hoje está presente na maior parte da produção formal de moradia no país.

A necessidade de adensamento não justifica essa solução genérica. Afinal, mesmo diante da necessidade de ocupação adensada, é possível arquitetos encontrarem soluções espaciais diferentes do que um mero empilhamento e repetição de unidades e andares-tipo. No entanto, no desenvolvimento dos programas habitacionais a última demanda que importa é o morador. Considerando que o Programa Minha Casa Minha Vida foi criado com o discurso de aumentar os investimentos no setor da construção civil e garantir geração de emprego, a preocupação com o morador ficou em último plano. Não foi efetivo em outros programas e segue não sendo no atual, tentar resolver o déficit habitacional causado pela mercantilização da casa própria e desigualdade social através de produção em massa de conjuntos habitacionais associados à produtividade lucrativa da indústria da construção civil.

Em tese, os recursos do PMCMV poderiam ser direcionados para a produção de moradias em terrenos bem localizados e dotados de infraestrutura. Na prática, o poder público alimenta o setor imobiliário na medida em que cabe às construtoras não só definir terreno e projeto (localização e tipologia) bem como aprovar legalmente o empreendimento. [...]Na outra ponta, a Caixa Econômica Federal garante a venda integral das unidades além de eliminar os riscos de inadimplência dos compradores. Imprime-se aqui as regras das construtoras e incorporadoras nos programas habitacionais, ou seja, a inserção da casa como produto do mercado imobiliário, de modo a garantir maior rentabilidade do capital dessas empresas. Sendo assim, não serão a boa localização, a existência de infraestrutura, a qualidade espacial dos projetos, as diretrizes para a coexistência social, fatores decisórios na produção habitacional quando regida pelas construtoras (MORADO NASCIMENTO E TOSTES, 2010, p. 06).

Neste momento, se retoma o questionamento inicial: é possível ter uma política habitacional que não exclui os cidadãos de seus processos de decisão? É possível resolver a crise habitacional evitando que a pressão dos grandes proprietários de terras, do setor imobiliário e da indústria da construção civil se sobreponham ao acesso da população baixa renda a moradias adequadas e em terrenos bem localizados?

2.4. PRÁTICA E FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUITETO

Um problema tão complexo quanto a crise habitacional não pode ser resolvido com uma única solução. Existem diversas frentes e processos: movimentos sociais, mudanças na legislação estatal e autônoma, ajudas econômicas, controle do preço do solo e da moradia concluída, projetos arquitetônicos experimentais e modelares, melhoria tecnológica e aplicação de critérios de sustentabilidade, operações que apostem tanto na obra de planta nova como na reabilitação, flexibilidade nos tipos de posse e promoção tanto da compra como de diferentes modalidades de aluguel e etc.

Ao buscarmos conhecer o modo de morar do povo brasileiro e ao explorar possibilidades de participação dos moradores nos processos de decisão, é essencial inteirar-se sobre a autoconstrução. Já que segue sendo o modelo mais acessível à habitação e atualmente o único em que o morador consegue expressar seus desejos. Apesar disso, ao buscar soluções, os arquitetos se afastam dessa realidade ou mesmo a negam. Apesar de o arquiteto continuar a defender seu papel cultural e social, como afirmam Montaner e Muxí (2014), a forma convencional de prática da profissão tornou-se incompatível com exercício da crítica. Até mesmo informações sobre arquitetura estão dominadas por lobbies de pressão e de interesses.

Ao longo do século XX, houve o processo de regulamentação e oficialização da profissão da arquitetura. Podemos equiparar com a evolução que ocorreu ao longo dos séculos XVIII e XIX, em que o mestre de obras - como detentor do saber técnico e mestre que transmitia os conhecimentos ao aprendiz - perde espaço e dá lugar a técnicos (como os engenheiros civis do século XX) e à figura do arquiteto acadêmico. No início do século XX, os arquitetos e engenheiros modernos não mais valorizavam o saber artesanal, empírico e tradicional que fora mantido até o Art Nouveau e foi substituído pelo Modernismo, por um pretenso saber técnico preciso e científico.

A partir desse momento, os colégios profissionais regulamentaram a exclusividade das atividades técnicas e com isso eliminou-se as figuras autodidatas dos artistas interdisciplinares e de vanguarda que tinham surgido na primeira metade do século. Foi imposto assim o modelo profissional do arquiteto liberal, contratado corporativamente, que valoriza mais a manutenção dos privilégios de classe do que contribuir para construção de uma sociedade mais igualitária. O afastamento do arquiteto do canteiro de obras o tornou alienado do produto final de seu trabalho. Atualmente, no contexto de monopólio do poder econômico, a função do arquiteto tornou mais ambígua e ambivalente.

Ele tendeu a se transformar em um servente dos interesses do poder privado e da ideologia do poder público, o que anula intrinsecamente as possibilidades de desenvolvimento de uma cultura crítica, pois, se o faz no contexto da sociedade neoliberal, arrisca-se a ficar sem sua fonte de trabalho (MONTANER; MUXÍ, 2014, p. 38).

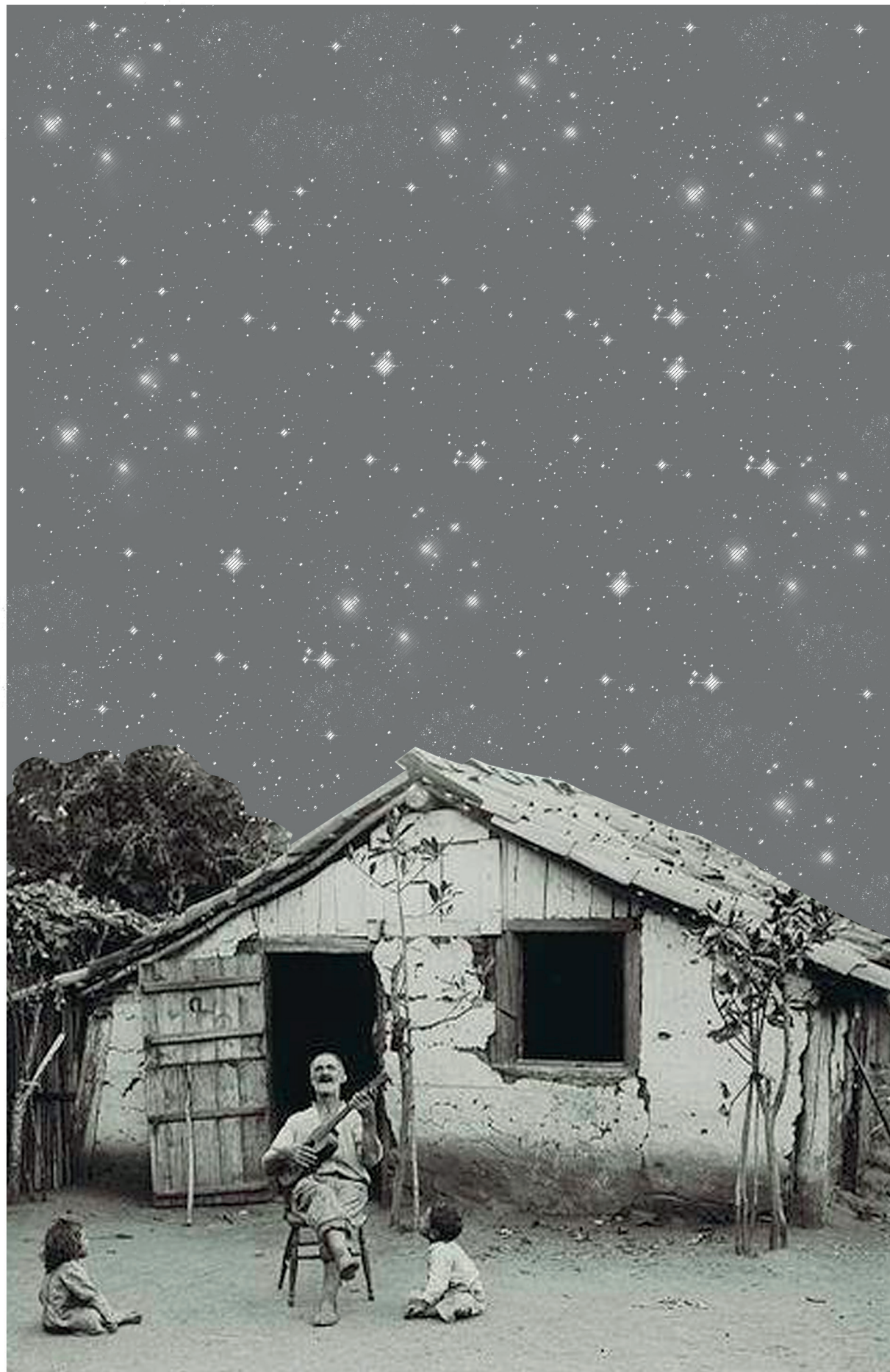
Atualmente, grande parte dos arquitetos isenta-se da relação entre sua obra e seu papel político ignorando que a arquitetura é também representante de valores sociais. A reprodução da arquitetura aliada a princípios atribuídos a mercadorias de valor estritamente especulativo, ostentativo e de consumo contribuem para manutenção do papel mercadológico da profissão. Por isso, pouco se discute a relação entre arquitetura e política. Quando analisamos a inovação e criação sem levar em consideração as implicações políticas da arquitetura, reproduzimos a ordem física e social desejadas por instituições que no momento detêm autoridade política e poder.

Aquilo que denominamos crise da profissão é uma consequência dos desajustes entre a cultura e a formação do arquiteto e aquilo que a sociedade neoliberal demanda dele, da contraposição entre um modelo universitário de formação de elites e o processo de democratização do acesso à universidade. Os perfis profissionais que se formam continuam a se basear na falsa pertença a um grupo de excelência, que trabalha para um dos setores mais favorecidos, educando-se, portanto, servidores do poder, cuja atuação perante os “outros” sempre é assistencial e feita a partir de instâncias superiores (MONTANER, 2014, p. 38).

Para atender as exigências de mercado, os profissionais tornam-se individualistas, focados na necessidade de vencer, de se destacar e de atingir com seu trabalho as classes mais abastadas. Dessa forma impedindo relações de cooperação entre grupos, a identificação das necessidades do outro, empatia por situações de injustiça social, etc. Em oposição ao modelo vigente de atuação profissional, o arquiteto que busca ser leal à sua função social será forçado a superar suas coordenadas profissionais, industriais e comerciais para poder fazer um trabalho autenticamente culto e crítico, multidisciplinar e coletivo que participe de projetos sociais e de cooperação.

As situações urbanas extremas, os casos-limite e os espaços-movimento das cidades contemporâneas - e, principalmente, das periferias marginais (ou margens periféricas) das cidades, que também são marginalizadas na periferia do mundo globalizado, como é o caso da maioria das cidades brasileiras – parece implorar pelo surgimento (ou pela legitimação, reconhecimento e formação) desse outro tipo de arquiteto (JACQUES, 2003, p. 154).

De fato, a produção habitacional feita sem a participação dos moradores no processo é mais lucrativa, atinge a mais pessoas em menos tempo e possui resultados previsíveis. Mas são os processos coletivos (de discussão, negociação, decisão e ação) que oferecem moradias com qualidade arquitetônica. Ignoramos a autoconstução e não identificamos valor arquitetônico porque para sua concepção não são utilizados conhecimentos técnicos da academia. Continuamos tentando resolver a questão habitacional através do desenho de produtos acabados, rejeitando a participação popular e os apresentando como se fossem tecnicamente incontornáveis. Para exercer seu papel social, o arquiteto precisa reconhecer que seus valores estão na criatividade, conhecimento técnico, visão espacial e não no produto acabado.



Fonte: Arquivo Pessoal.

03 HABITAR

No capítulo anterior vimos como a autoconstrução no contexto capitalista, mais do que valor de uso, possui valor de troca. No entanto, apesar das contradições e precariedades, ela continua sendo uma forma de expressão do morador. Nesse capítulo, busco o resgate do valor de uso da autoconstrução como forma de entender o morador de classe baixa renda e como possibilidade de promover sua participação nos processos de decisão. Este trabalho entende a autoconstrução como expressão de ser no mundo.

A base para essa abordagem é o pensamento filosófico de Martin Heidegger sobre a relação entre habitar e construção do ser. Essa interpretação se contrapõe a herança modernista, intrínseca no processo de formação do arquiteto. No entanto, através da investigação das raízes da arquitetura popular brasileira, é possível evidenciar a importância da autoconstrução como herança cultural e construção do ser.

3.1. O EXISTENCIALISMO DE HEIDEGGER

Heidegger apresentou sua reflexão sobre o que é habitar e em que medida este se relaciona com o construir em um congresso de arquitetura, em 1951, no qual se discutia a reconstrução da Alemanha no pós-guerra. Entretanto sua abordagem soa muito contemporânea ao tratar sobre a crise habitacional e as tentativas de minimizá-la através da construção de conjuntos habitacionais sem questionar o habitar e construir. O fato de terem se passado 68 anos desde a sua apresentação no congresso corrobora sua afirmação de que a crise propriamente dita da habitação é mais antiga do que as guerras mundiais e as destruições, do que o crescimento populacional na terra e a situação do trabalhador industrial. A hipótese de Heidegger é de que “a crise propriamente dita do habitar consiste em que os mortais precisam sempre de novo buscar a essência do habitar, consiste em que os mortais devem primeiro aprender a habitar” (HEIDEGGER, 1951, p. 10). Em busca da essência do habitar, ele investiga o construir; não a partir da arquitetura e técnicas de construção, mas a partir da definição do que é habitar e em que medida este se relaciona com o construir.

Inicialmente o autor aponta que, de acordo com o senso comum, só é possível habitar o que se constrói. Sendo a meta do construir proporcionar um habitar. No entanto, nem todas as construções são habitações. Assim como habitamos várias construções sem que estas sejam nossas residências. A questão do habitar vai além de possuir uma residência. Este está muito mais ligado a lugares que oferecem abrigo. Por isso, a produção de moradias de qualidade (ambientalmente sustentáveis, bem articuladas a transportes e equipamentos públicos, etc.) por si só não garantem um habitar. O habitar não é garantido somente com o acesso a moradia, mas quando o habitante decide como será esta moradia.

A partir disso, Heidegger afirma que construir não é apenas um meio para produção de uma habitação; o ato de construir já é em si mesmo habitar. Estabelecendo um paralelo, a preservação do habitar para a população excluída, através da autoconstrução, é também uma forma de resistir. O embasamento sobre a relação entre construir e habitar feita por Heidegger vem da linguagem. Ele vai buscar na etimologia das palavras seu sentido original, a sua essência.

Habitar, para Heidegger, não é um ato simples, nem insubstancial. Seu pensamento existencialista está estritamente vinculado, especialmente a partir da ‘Carta sobre o humanismo’, escrita em 1947, ao tema metafórico da casa, que se apodera de seu próprio sistema filosófico até com ele identificar-se: ‘a linguagem é a casa do Ser. Em seu lugar, o homem habita’. A casa servirá ao desenvolvimento de uma retórica arquitetônica capaz de deslocar a linguagem da filosofia, num procedimento que levará a filosofia a ser um pensamento sobre a habitação (ÁBALOS, 2016, p. 44).

Através da busca etimológica da palavra do antigo alto-alemão usada para dizer construir, “buan”, temos que construir significa originariamente habitar. Assim como “buan”, “bauen”, “bhu” e “beo” tem sua origem na palavra alemã “bin”: eu sou. A partir disso, Heidegger infere que a maneira como tu és e eu sou, o modo segundo o qual somos homens sobre essa terra é o

Buan, o habitar. Além disso, ambos os modos de construir - construir como cultivar, em latim, colere, cultura, e construir como edificar construções, aedificare - estão contidos no sentido próprio de bauen, isto é, no habitar (HEIDEGGER, 1951, p. 02). Resumindo, de acordo com o termo “bauen”, construir é propriamente habitar; de acordo com “wohnen”, habitar é o modo como os mortais são e estão sobre a terra; e no sentido de habitar, construir desdobra-se em duas concepções: construir, entendido como cultivo e o crescimento e construir no sentido de edificar construções.

A partir disso, Heidegger desconstrói o pensamento de que o habitar é um comportamento que o homem realiza em meio a outros diversos comportamentos, de que trabalhamos em um lugar e habitamos outro. Através da transformação semântica perdeu-se a ideia de que habitar constitui o ser do homem, que faz parte da constituição de quem ele é. Mais além, que no sentido de habitar, ou seja, no sentido de ser e estar sobre a terra, construir é algo habitual do homem. Não habitamos porque construímos. Ao contrário. Construímos e chegamos a construir à medida que habitamos, ou seja, à medida que somos como aqueles que habitam (HEIDEGGER, 1951, p. 03).

Num segundo momento, Heidegger afirma que “habitar, ser trazido à paz de um abrigo, diz: permanecer pacificado na liberdade de um pertencimento, resguardar cada coisa em sua essência” (HEIDEGGER, 1951, p. 03). Isso significa que habitar é construir quando os mortais protegem e cuidam das coisas em seu crescimento e quando edificam da sua maneira as coisas que não crescem. Em outras palavras, respeitam a natureza em sua plenitude e constroem o que não existe de forma que reflita o seu eu. Habitar é construir quando a residência reflete o seu jeito, as suas crenças, preserva e guarda o que lhe é sagrado. Desse pensamento podemos desenvolver que a autoconstrução resgata o ser, o habitar no mundo.

Para Heidegger, essa questão ontológica (qual o sentido do ser) não pode ser resolvida sem que se reconheça que, ao redor deste sujeito existencial, gravita tudo aquilo que lhe é familiar, os utensílios e a casa como a materialização de uma vida que se desenvolve através de um tempo existencial, não cronológico – passado, presente e futuro experimentados a partir da própria subjetividade (ÁBALOS, 2016, p. 44).

Posteriormente, Heidegger questiona em que medida construir pertence ao habitar e o que é propriamente uma coisa construída. O lugar acolhe numa circunstância a simplicidade da quadratura, que é o modo originário do homem permanecer sobre esta terra, à medida que edifica estância e circunstância em espaços.

O lugar acolhe, numa circunstância, a simplicidade de terra e céu, dos divinos e dos mortais, à medida que edifica em espaços a circunstância. É num duplo sentido que o lugar dá espaço à quadratura. O lugar deixa ser a quadratura e o lugar edifica a quadratura. Dar espaço no sentido de deixar ser e dar espaço no sentido de edificar se pertencem mutuamente. Enquanto um duplo dar espaço, o lugar é um abrigo da quadratura e, como ainda diz a mesma palavra, Huis, Haus, uma moradia. Coisas semelhantes a esses lugares dão moradia à demora dos homens. Coisas semelhantes a esses lugares são moradias mas não necessariamente habitações, em sentido estrito (HEIDEGGER, 1951, p. 08).

Baseado nisso, Heidegger afirma que construir é edificar lugares, é um fundar e articular espaços, é produzir espaços. No entanto, não é o construir que configura o espaço. Apesar do construir ser visto como algo totalmente técnico, ele está mais próximo da essência dos espaços e da proveniência essencial “do” espaço do que toda geometria e matemática (HEIDEGGER, 1951, p. 09). Partindo do princípio que construir significa acolher e resguardar os princípios básicos que juntos configuram a forma como o homem vive, é a partir disso que o construir recebe a medida para todo dimensionamento e medição dos espaços. Esse resguardo é a essência simples do habitar. As coisas construídas com autenticidade marcam a essência do ser humano dando moradia a sua poética do mundo. Em outras palavras, construir é habitar quando a construção acolhe e corresponde a essência do homem.

O pensamento de Heidegger revela que a essência do construir é deixar-habitar e a plenitude da essência é o edificar lugares mediante a articulação de seus espaços de vida. Por isso, somente sendo capazes de habitar é que podemos construir. Apenas expressando nossa essência é que podemos edificar lugares efetivamente. Sua intenção não é necessariamente incentivar que cada um construa sua própria casa manualmente, mas tornar possível, por meio da busca ontológica do sentido original de construir e habitar (num já ter-sido um habitar), um caminho para reflexão de como o habitar foi capaz de construir.

Habitar é, porém, o traço essencial do ser de acordo com o qual os mortais são. Quem sabe se nessa tentativa de concentrar o pensamento no que significa habitar e construir torne-se mais claro que ao habitar pertence um construir e que dele recebe a sua essência. Já é um enorme ganho se habitar e construir tornarem-se dignos de se questionar e, assim, permanecerem dignos de se pensar (HEIDEGGER, 1951, p. 10).

Como apontado por Ábalos (2016), no pensamento de Heidegger, a casa representa as lembranças do passado e experiências sensoriais do presente. A “lógica da casa” é uma desordem aparente, pois o bem-estar se dá através de relações afetivas com os objetos. Mais importante do que a estética e desenho milimetricamente pensado, é a relação que esse morador tem com a sua casa; a forma como ele se reconhece nela e a interpreta é o que a tornam um verdadeiro lar. É a transformação de um mero alojor em um autêntico habitar.



Figura 05 - Noiva na favela de Alagados Salvador-BA. Fonte: Walter Firmo (2002)



Figura 06 - Exposição “O Sertão de João Machado”. Fonte: João Machado.



Figura 07 - Exposição “Casas Sertanejas”. Fonte: Ana Medeiros (2015).

3.2. A HERANÇA MODERNA

A relação entre habitar e construir não é pensada na hora de projetar habitações para classes baixa renda. Considerando o que foi abordado sobre o pensamento de Heidegger, levanta-se o questionamento: como poderia um arquiteto construir o ser no mundo de outro homem além dele? Apenas sendo um deus da razão. Por isso, separa-se o material do existencial da vida humana. A arquitetura torna-se responsável pela produção de um espaço, receptáculo da vida, que tem como referência um ser universal, igual em sua diversidade subjetiva, negando a multiplicidade da experiência da vida humana. Fazendo um paralelo com a discussão do capítulo anterior, podemos entender a lógica que gera habitações sociais com reprodução de um padrão e suposição de modos de vida já estabelecidos.

Essa forma de pensar tem sua origem no positivismo e na arquitetura se manifesta, de uma forma mais evidente, no modernismo. No entanto, é muito difícil o arquiteto reconhecer essa ideologia na arquitetura pois ela tornou-se intrínseca após o modernismo e está no cerne da nossa formação acadêmica. Somos treinados nesses métodos como uma verdade universal, por isso exige-nos um grande esforço aprender a ver sob outra perspectiva.

De acordo com Ábalos (2016), a essência da filosofia positivista é considerar que todos os fenômenos estão submetidos a leis naturais invariáveis, cuja precisão e redução à menor quantidade é o objetivo. Ou seja, tudo é padronizado e analisado à luz da ciência de forma cada vez mais reducionista e objetiva até chegar num ideal de sociedade perfeita e sem conflitos, já que todos serão iguais e seguirão o mesmo padrão.

O homem e a sociedade, entendidos como fenômenos naturais, ‘submetidos a leis invariáveis’, passam, então, a ser objeto do conhecimento científico. O indivíduo é tomado como uma abstração, como a peça de uma engrenagem sujeita à observação e à experimentação, como um dado estatístico, objetivável, que se dilui em comportamentos previsíveis: ‘os movimentos da sociedade, inclusive os do espírito humano, podem ser realmente previstos, em certa medida, para cada época determinada, sob cada aspecto essencial, inclusive aquelas que parecem à vista desordenados (ÁBALOS, 2016, p. 71).

O pensamento positivista, permitiu aos arquitetos ortodoxos objetivar o comportamento social e quantificá-lo. Muito disso pode ser observado no plano da Ville Radieuse de Le Corbusier para o centro de Paris, uma visão utópica pós-guerra de uma cidade contemporânea de três milhões de habitantes. A Ville Radieuse é dividida em zonas, cada qual com sua função exclusiva e forma predeterminada: arranha-céus cruciformes para comércio e hotelaria, blocos de moradia para residência e área verde para lazer. Os arranha-céus seriam pré-fabricados de alta densidade e idênticos, dispostos em grandes áreas verdes e organizados em uma grade cartesiana, permitindo que a cidade funcionasse como uma “máquina viva”. Podemos observar nos ideais arquitetônicos modernos a projeção para frente vinda do positivismo, o esquecimento quase completo do passado. Para concretização da Ville Radieuse, por exemplo, Le Corbusier propôs demolir toda a parte do centro de Paris.



Figura 08 - Maquete da Ville Radieuse. Fonte: Archdaily (2016)

Além da racionalização no traçado, outra herança positivista é a suposição de que todos têm que viver da mesma forma, com os mesmos comportamentos e ideais. Supõe-se que seja uma família padronizada, um casal com filhos, portadores de uma estreita moralidade em busca da felicidade material. “O que é significativo é o fato de que esta família carece de traços particulares: a diferença, como forma de significação, foi abolida, integrando agora uma totalidade social gigante.” (ÁBALOS, 2016, p. 71-72). Como apontado por Jane Jacobs em *Morte e Vida de Grandes Cidades*:

Le Corbusier planejava não apenas um ambiente físico; projetava também uma utopia social. A utopia de Le Corbusier era uma condição do que ele chamava de liberdade individual máxima, com o que ele aparentemente se referia não à liberdade de fazer qualquer coisa, mas à liberdade em relação à responsabilidade cotidiana. Em sua Ville Radieuse, supostamente ninguém teria mais a obrigação de sustentar o irmão. Ninguém teria de se preocupar com planos próprios. Ninguém deveria ser tolhido (JACOBS, 2000, p. 25).

A cidade de Corbusier era como uma máquina perfeita. Os arquitetos se encantaram com sua concepção, clareza, simplicidade e harmonia. A Ville Radieuse era muito ordenada e fácil de entender. Apesar de ser um projeto de 1923, os princípios propostos por Le Corbusier tiveram grande influência sobre o planejamento urbano moderno, a exemplo de Brasília. A cidade projetada por Lucio Costa e Oscar Niemeyer foi construída num enorme terreno vazio cedido pelo governo. Uma cidade sem passado. Geometricamente perfeita, segrega as zonas monumentais de administração e os bairros de habitação idênticos. Com a construção em 1947 do Unité d’Habitation em Marselha, inspirada pelos blocos residenciais da Ville Radieuse, sua influência se estendeu também para o desenvolvimento de novas tipologias de habitação de alta densidade, servindo de inspiração para desde conjuntos habitacionais de baixa renda a edifícios de escritórios.

Essa visão e seu ousado simbolismo eram absolutamente irresistíveis para urbanistas, construtores, projetistas e também para empreiteiros, financiadores e prefeitos. Ela deu enorme impulso aos “progressistas” do zoneamento, que redigiram normas elaboradas para encorajar os construtores a reproduzir ainda que parcialmente o

sonho. Não importava quão vulgar ou acanhado fosse o projeto, quão árido ou inútil o espaço, quão monótona fosse a vista, a imitação de Le Corbusier gritava: “Olhem o que eu fiz!”. Como um ego visível e enorme, ela representa a realização de um indivíduo. Mas, no tocante ao funcionamento da cidade, tanto ela como a Cidade-Jardim só dizem mentiras (JACOBS, 2000, p. 26).

De acordo com Jacobs, “os arranha-céus cuidadosamente organizados no parque” da Ville Radieuse são uma simplificação excessiva da ordem urbana. De acordo com a autora, a rígida separação de funções torna impossível uma diversidade verdadeira na cidade. A escala desumana e os espaços vazios matam sua vitalidade. Vitalidade e diversidade são sacrificados em nome da ordem. Traçando um paralelo, a autoconstrução representa o contrário; é incompatível com a produção industrializada e a disciplina. É vital e diversa, pois cada morador reproduz seu ser no mundo através dela.

Não por acaso surge a ideia da “máquina de morar”. Como dito anteriormente, o objetivo do positivismo é reduzir as análises ao máximo até chegar na solução perfeita que poderá ser aplicada em qualquer situação. Ao projetar uma unidade de habitação que funciona tão bem como uma máquina, é possível repeti-la criando assim um padrão e dar origem a uma cidade perfeita e sem conflitos. Oposto ao habitar de Heidegger e a autoconstrução.

O espaço da casa, o ar e sua memória, por assim dizer, apenas existem; foram completamente eliminados para proceder a uma quantificação normativa, à objetificação biológica da família-tipo mediante o plano, o trabalho sobre a planta. A nova categoria dominante é, para o arquiteto positivista, “o metro quadrado”, e a sua otimização através do transbordamento das técnicas de otimização da produção industrial[...] ao âmbito da privacidade (ÁBALOS, 2016, p. 74).

Sob a ótica do positivismo, a casa sofre o que Ábalos chamou de “dissecação taylorista”. Ao estudar ações que fazemos cotidianamente (comer, dormir, circular e etc) chegou-se a uma unidade mínima em que é possível executar cada uma delas. A casa então tem suas tarefas reorganizadas em esquemas avessos a interferências e perfeitamente coordenadas. Entendendo terem chegado na solução universal, portanto desconsiderando diferenças culturais, é preciso que a família se encaixe nesse modelo. “O espaço apenas existe como tal: será entendido como a res extensa de Decartes, na qual se encena a exposição de uma família igualitária, eficiente, saudável e trabalhadora.” (ÁBALOS, 2016, p. 75). A casa passa a ser um espaço sem densidade, sem memória, oposto ao passado. Ao contrário do existencialismo de Heidegger em que é justamente a memória e a experiência que edificam a casa.

A escolha dos materiais tem que estar associada ao futuro, sem ligações com o passado. Ábalos aponta como não cabe usar materiais naturais como troncos e pedras. O objetivo é trazer vida para um espaço cartesiano e higiênico, que valoriza a visibilidade e menospreza tudo ligado a insalubridade e memória.

Todas as técnicas industriais são bem-vindas. A parede não será nunca mais esse conglomerado maciço e inerte com o que os antigos defendiam-se da temperatura

externa: suas propriedades físicas derivarão de leis e normas, para cada uma das quais um material industrializado colabora, constituindo uma parede completa, com múltiplas camadas, que, em suas melhores formulações, à imagem da linha de produção, chegará a ser montada a seco. A dissecação taylorista penetra, assim, num dos elementos mais ligados à tradição (ÁBALOS, 2016, p. 77).

Associado a esses valores está a moral burguesa. Não há na casa lugar nem desvio para o isolamento e gozo. Mais do que ser uma família que se encaixa no padrão, é preciso estar atento para que seus vizinhos também o façam. De acordo com Ábalos, o espaço fluido dessa modernidade está associado à vigilância, completamente submisso a uma finalidade edificante. O que é privado é exposto, o que é doméstico, anulado, e o que é íntimo, castigado.

Apesar de todo estudo desenvolvido para se chegar a unidades mínimas de uso do espaço, há limitações e ineficiência. Segundo Ábalos, os moradores passam a ser obrigados a viver uma rotina escravizadora, submetida ao que o arquiteto acha certo e não ao que mais se adequa a rotina da família, tornando o morador incapaz de reconstruir a experiência do espaço através de vínculos personalizados.

O que deixa de estar presente na casa positivista é toda a cultura material desenvolvida na construção do eu: qualquer vislumbre de individualização do espaço é substituído pela presença autoritária e fantasmagórica desse outro que dirige invisivelmente as pautas da conduta privada, o arquiteto moderno (ÁBALOS, 2016, p. 81).

A essência do positivismo na arquitetura é a busca pela cidade perfeita e sem conflitos através da criação de unidades habitacionais padrão e habitadas por família-tipo. Podemos entender assim como esses valores morais têm seu apogeu, em termos de habitação social, nos conjuntos habitacionais e são perpetuados até hoje. Nesses ambientes controlados e projetados do zero, é possível testar e aplicar esses princípios. “Sendo o conjunto habitacional animado pelo imperativo moral segundo o qual o coletivo seria um valor superior, o fim último da habitação será modelar e solucionar o espaço público, será conformar a cidade” (ÁBALOS, 2016, p. 78).

A influência do positivismo até hoje, especialmente nos conjuntos habitacionais, e a dificuldade do arquitetos de se libertar desses princípios não encontra-se apenas nos processos de formação do arquiteto, mas também na capacidade de penetração na mecânica produtiva, através das normas deixadas. Pensando na mercantilização da casa própria e produtividade lucrativa da indústria civil, um processo taylorista de produção habitacional traz um retorno monetário muito maior. Um projeto feito no conforto do escritório, sem contato algum com os futuros moradores e com soluções arquitetônicas amparadas nas unidades mínimas como fórmula universal perfeita transforma o processo de projetar conjuntos habitacionais muito mais rápido do que se fosse investido tempo para conhecer os moradores e a sua realidade.

3.3. AUTOCONSTRUÇÃO COMO AFIRMAÇÃO DO HABITAR HEIDEGGERIANO

Pensando na influência do positivismo aliada ao autoritarismo das classes dominantes no Brasil, podemos entender o desprezo pelas manifestações da arte popular. Segundo Weimer (2005), há por parte da elite uma coerção cultural que impede que qualquer tipo de questionamento sobre a dominação das classes populares através de aparelhos ideológicos venha a ser colocado sob julgamento. Nas escolas de Arquitetura e Urbanismo, por exemplo, a autoconstrução não faz parte do cronograma de ensino. Inclusive, até pouco tempo era difundido que a característica básica da arquitetura era a monumentalidade. O resultado disso são intervenções de saneamento das favelas executadas por escritórios sofisticados à maneira de Le Corbusier, que resolveu “demolir” uma parte da Paris para propor a substituição pela *Ville Radieuse*.

Houve uma tentativa de publicar alguns trabalhos sobre o fazer popular logo após a criação do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Porém aos poucos o instituto mudou a abordagem e passou a dar um caráter erudito as obras populares consideradas relevantes.

Esse é o caso típico da arquitetura do ciclo mineiro, quando mestres portugueses de formação artesanal foram qualificados como arquitetos eruditos na medida em que só passaram a ser valorizadas suas obras de destaque, em especial as construções religiosas. Quando isso não era possível, como no caso do mulato Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, usou-se o expediente de contornar o problema de sua formação deficiente atribuindo-lhe qualificativos de excepcionalidade, e ele passou a ser festejado como artista máximo do período por sua pretensa genialidade. Aliás, são os atributos de genialidade que têm justificado a promoção de muitos arquitetos modernistas quando, na realidade, seu “gênio” tem consistido em atender – e bem - às demandas dos que gozam os maiores privilégios em nossa sociedade (WEIMER, 2005, p. XXXVI-XXXVII).

Um dos elementos característicos da arquitetura popular é a simplicidade já que a casa é o resultado da utilização de materiais encontrados na natureza. É importante salientar que essa aproximação com a natureza está muito mais ligada à limitações econômicas do que a consciência ecológica. Considerando a herança cultural por trás dessas construções, outro ponto característico é a adaptabilidade. Povos oriundos de vários lugares, inclusive com climas bem diferentes do nosso, tiveram suas técnicas adaptadas ao nosso clima contribuindo assim para construção da arquitetura nacional.

Ao contrário da arquitetura erudita, muito influenciada pelos materiais da moda que trazem consigo os modos de vida das culturas que lhe deram origem, a arquitetura popular possui soluções criativas através da imaginação e uso de materiais locais:

Em nossas pesquisas, temos sido constantemente surpreendidos com esse universo. Quem poderia imaginar soluções como a construção de aldeias sobre ilhas flutuantes cujo material mais sofisticado é um simples junco? Ou a concepção de um suave tapete com esterco de vaca que pouco deixa a desejar aos mais sofisticados revestimentos de pisos industriais? Ou a de estruturas altamente adaptáveis executadas com juncos ou com folhas de palmeira? (WEIMER, 2005, p. XLII).

Consequentemente, a forma plástica é o resultado da técnica e dos materiais empregados. Além disso, é resultado também de uma evolução multissecular e de profundo respeito às tradições culturais do grupo. “Apesar da tradição aparentemente se opor à criatividade, uma não exclui a outra: em situações estáveis da sociedade, ressalta seu espírito conservador; em situações de rápidas transformações, ela se reveste de uma rara capacidade de adaptação” (WEIMER, 2005, p. XLIII).

Atualmente, grande parte da população vive em casas com técnicas de construção e costumes que remontam séculos, herdada de seus ancestrais distantes, sem noção da antiguidade de sua tradição arquitetônica. Weimer (2005) apresenta um exemplo disso no município de Barra-BA, localizado nas margens do rio São Francisco. Nessa região são comuns as casas de buriti, técnica construtiva herdada dos indígenas. Foram herdados deles também a forma de comer e o traçado das esteiras. No entanto, sofrem também influências culturais africanas e até da região portuguesa dos Açores.

A divisão interna da casa é muito simples: o acesso central leva à sala; numa extremidade está o quarto e, na outra, a cozinha. Essa é a clássica divisão da casa banto meridional, idêntica a casa açoriana. O chão de terra batida e o jeito de cozinhar com a panela apoiada sobre três pedras; o modo de fazer o trançado da fibra de caroá e o traçado das esteiras que servem para dormir sobre o chão também denotam a influência indígena, do mesmo modo que a forma de amarrar as folhas nas frestas das paredes. Embora as casas tenham banquinhos de madeira, os comensais se sentam em círculo ao redor da panela e cada um se serve com as mãos. Raros talheres e pratos servem para o preparo da comida, mas não para as refeições. Por outro lado, a presença de apetrechos como a moringa ou o fogão de barro sustentados sobre duras traves de madeira denota influências africanas (WEIMER, 2005, p. 66).

Um dos tipos de casa mais comum no país é a “casa de porta e janela”. Assim como a casa de buriti, é um outro exemplo de sincretismo cultural. Devido a um longo período de dominação, anterior a fase dos descobrimentos, há uma grande influência islâmica na cultura portuguesa. A tipologia atual remete muito as construídas em Portugal nesse período de dominação. Podemos observar nessa tipologia traços islâmicos como a pouca ou quase inexistência de janelas. A casa possui apenas duas aberturas na fachada (uma porta e uma janela), uma porta no fundo da casa junto com uma ou mais janelas de pequenas dimensões dando vista para o quintal. A sala é o primeiro ambiente da casa e a cozinha o último. Estes são ligados por um corredor lateral e separados por quartos sem nenhuma abertura. No clima desértico, território comum aos islâmicos, as casas são geminadas e com poucas aberturas não só por questão de economia, mas também para proteger o ambiente do vento quente e seco. No entanto, reproduzidas no Brasil, essa tipologia apresenta controversas. Apesar de pouco coerente com nosso clima, o fator cultural exerce um peso muito grande nos processos de autoconstrução.

A influência islâmica veio não só por parte dos portugueses, mas também pelos povos africanos. No sertão nordestino é muito comum a “casa de porta e janela”, mas com elementos menos ibéricos e mais africanos. As cercas de galhos retorcidos construídos de acordo com

diversas técnicas africanas são semelhantes as presentes nas aldeias ganguelas ou muchimbas do planalto Huíla, ao longo da costa sul de Angola. Técnicas de pastoreiro e de construção também são bem próximas das africanas. Assim como na tipologia “casa de porta e janela”, o arranjo interno é formado por uma sala na frente e uma cozinha nos fundos, ligadas entre si por um corredor lateral ao longo de um quarto fechado ou com uma janela pequena. Por vezes possui uma varanda frontal. A influência africana também encontra-se nos telhados de duas águas com coberturas vegetais de folhas de palmeiras.

Weimer(2005) aborda que nos arredores de São Raimundo Nonato-PI, as casas de pau-a-pique eram vedadas com taipa de sopapo. As janelas de dimensões mínimas ou inexistentes indica uma imigração africana antiga na região, já que as casas de tradição dos quimbundos ou dos bacongós do noroeste de Angola são muito similares as construídas no sertão e não possuíam janelas. Na África as janelas foram introduzidas pelos colonizadores europeus. A construção da porta à esquerda e uma janela à direita da fachada principal da casa é mais um indicativo da origem banta, além do uso de plantas medicinais ou de prevenção de “mau-olhado” dentre outros junto à porta.

Figura 09 - Tipologia “Casa de porta e janela”.

Fonte: Walter Firmo (1997)



Figura 10 - Casa Caiçara em Maragogi.

Fonte: Caribe Brasileiro (2014)

Outros aspectos islâmicos trazidos pelos portugueses foram incorporados a nossa cultura (especialmente no período colonial) como a vida reclusa das mulheres nas casas, o uso de muxarabi e adufas, a taipa de pilão e a azulejaria. Estes dois últimos são um exemplo interessante de adaptação ao nosso clima. As paredes de taipa são muito vulneráveis à umidade. No entanto, para resolver esse problema a solução encontrada foi construir beirais salientes (beira sobre beira). Se a superposição de telhas canal em sucessivos avanços sobre o pano da fachada não fosse o suficiente, as paredes eram revestidas com azulejos. Por isso houve uma generalização de fachadas azulejadas nas cidades litorâneas coloniais do Nordeste, em especial São Luís e Belém.

Através desses exemplos é possível ter uma dimensão de como a autoconstrução pode funcionar como expressão do ser no mundo. Diversos povos que vieram morar no Brasil trouxeram suas técnicas e os seus modos de morar que misturaram-se com os dos povos que já viviam aqui. No entanto, essa riqueza cultural se perde na imposição do modo de vida burguês. Obviamente que muitas das casas autoconstruídas apresentam problemas arquitetônicos, como falta de ventilação. Porém, em vez de ignorarmos totalmente o saber popular e obrigar os moradores a viver sob moldes que não são seus, por que não aprimorar as técnicas vernaculares? Por que não envolver os moradores nos processos de projeto e execução?

Figura 11 - Casas com “beira sobre beira” e azulejos. Fonte: IPHAN (2011).



Há uma campanha, especialmente no Nordeste, para destruição das casas de taipa de pau-a-pique e substituição por casas de alvenaria. O argumento utilizado pelo governo é que as casas são mal executadas e mal acabadas, apresentando rachaduras e fendas que servem de abrigo para roedores e insetos que transmitem doenças como a Doença de Chagas. Construções de terra no Brasil são comuns a população de baixa renda devido ao baixo custo e facilidade de manuseio. No entanto, famílias que passaram de geração em geração essa técnica se veem obrigadas a viver numa casa de conjunto habitacional feita de concreto sem qualquer aspecto cultural com o qual ela possa se identificar.

O argumento do governo não está errado, mas a execução da campanha falha ao ignorar a terra como material legítimo para construção. Afinal existem outras técnicas além da taipa de pau-a-pique. Há um preconceito em torno desse material que é apontado como de pouca qualidade. Contudo, existem construções no país com mais de 300 anos feitas de terra e até aldeias erguidas dois mil anos antes da pirâmide Quéops ainda em bom estado de conservação na Núbia. Atualmente, a terra é considerada um dos materiais mais ecologicamente sustentáveis.

Figura 12 - Casa de taipa com qualidade arquitetônica feita no Canteiro Experimental da UFMS. Fonte: UFMS (2018)



Figura 13 - Ação do governo para trocar casas de taipa por casas de alvenaria. Fonte: Governo do Maranhão.



Paredes de terra transpiram e regulam a temperatura interna do ambiente. O material é aproveitado integralmente: colhida no local - dispensa gastos com transporte - e, em caso de demolição ou descarte, volta ao seu estado inicial sem gerar resíduos. A depender do clima da região ou do tipo de terra utilizado, é possível misturá-la com outros materiais para garantir maior estabilidade como fibras (vegetais ou animais), folhas, esterco, ramos ou galhos, cal ou cimento. Para inibir a ação da água são adicionados hidrofugantes e aditivo que impede o surgimento de fungos. Dependendo da sua composição química, possui uma ampla gama de cores desde o ocre até o vermelho e marrom.

Outra solução popular menosprezada são as palafitas. Feita sobre troncos ou pilares, é comum em áreas alagadiças, pois com essa técnica a casa permanece o ano todo em uma altura que a água não alcança. Associada a pobreza e miséria, muitas pessoas constroem essas casas com materiais frágeis e ocupam áreas de risco, como locais em que as águas são poluídas. Técnica que identificada desde o Período Neolítico, utilizando materiais adequados e resistentes, é uma estratégia que funciona muito bem. Por isso são muito utilizadas na Amazônia, no Pantanal e em outros países sujeitos as cheias dos rios como Chile, Camboja, Tailândia e Vietnam.

Figura 14 - Ribeirinhos na Amazônia. Fonte: Governo Federal (2012)



Figura 15 - Casas de palafitas em Castro, Chile. Fonte: Chile Travel (2018)



Discutiu-se nesse capítulo a relação entre habitar e construir a partir do pensamento de Heidegger, a influência do movimento moderno na desvalorização de soluções vernaculares, como a arquitetura popular brasileira reflete o habitar da classe baixa renda e traz em si técnicas de construção familiares transmitidas a gerações. Encerro esse capítulo trazendo uma arquiteta que traz na sua trajetória o resumo do que foi discutido: Lina Bo Bardi. Importante representante do Movimento Moderno no Brasil, pensava o espaço e a materialidade do seu projeto a partir da valorização da cultura popular com seus usos e seu saber fazer.

Podemos conhecer as ideias de Lina sobre o morar e arquitetura popular através dos ensaios que escreve para revista Habitat entre os anos 1950 e 1954. A revista, da qual também era editora, apresentava reportagens sobre a cultura material do índio, do caboclo, do homem do interior do Nordeste e do caipara. Artigos sobre a cerâmica em constante evolução dos índios carajás; vasos e tecidos indígenas; instrumentos musicais nativos; jangadas; a pintura e a arte popular, dentre outros.

Através de viagens pelo Brasil, dedicava-se a pesquisar moradas que estivessem próximas a ideia de simples abrigo, construídas com materiais naturais em estado bruto, apresentando formas e técnicas arcaicas de construir. No entanto, o que mais fascinava Lina Bo Bardi era o modo de vida destas moradas que expressavam a ideia de integração e continuidade entre habitação e ambiente. O espaço em torno fazia parte da casa, era matéria prima para o mobiliário e os objetos de uso diário, definindo a cultura e o comportamento do homem. É a essa maneira de morar, idealizada pelo homem moderno e experimentada pelo homem simples, que Lina denomina habitat (CAMPELLO, 2010). Ideia muito próxima ao que está sendo abordado nesse trabalho: autoconstrução como expressão do ser no mundo.

A interseção do trabalho de Lina Bo Bardi com a arquitetura popular não era por meio de reprodução mimética de formas, materiais ou detalhes. Funcionava como fonte de inspiração, como esclarece em um dos artigos da revista Habitat sobre tecidos indígenas:

Ninguém deseja ‘tecidos etnográficos’, como já e frequentemente [sic] se fez [sic], com um gosto [sic] discutível, quando não tolo. Queremos apenas dizer que estes [sic] produtos devem ser vistos, sentidos, compreendidos, porque a força [sic] de humanidade e de capacidade que contêm, são [sic] cargas das quais pode saltar uma sugestão, uma inspiração, um dado concreto sobre o qual estudar e trabalhar (VILLA,1952).

A arquitetura popular, segundo Bo Bardi, não é projetada em escritórios de arquitetura, mas desenhada de acordo com conhecimentos filtrados de pai para filho ao longo dos séculos. A partir disso, ela propõe reconciliarem-se o arquiteto e uma tradição em movimento, a qual se produz a partir da prática do canteiro de obras e se renova a cada dia no próprio fazer. Acredita-se que essas experiências de documentação e vivência da arte, arquitetura, objetos e mobiliário populares, compartilhadas com o público nas páginas da revista, contribuem para Lina Bo Bardi construir este conceito de casa como habitat e a usá-la como guia para desenhar seus espaços de morar (CAMPELLO, 2010).

O homem do povo sabe construir, é arquiteto por intuição, não erra; quando constrói uma casa a constrói para suprir as exigências de sua vida; a harmonia de suas construções é a harmonia natural das coisas não contaminadas pela cultura falsa, pela soberba e pelo dinheiro. Os homens médios não sabem construir. A pseudo cultura, o desejo de sobrepujar, e o dinheiro desfiguram o intento da arquitetura. A casa não reflete mais a vida, mas sim um conjunto de preconceitos, de aparências e convenções; a arquitetura burguesa torna-se assim a direta responsável pela insuficiência do homem contemporâneo. Ali está a nossa casa. Simples, sem voltas, sem retórica. Uma casa em que os espaços foram cuidadosamente examinados, calibrados, pensados, não sobre a base da especulação da construção, mas sobre a base da solidariedade humana; uma casa onde é possível viver, e principalmente pensar, onde há espaço para tudo, um espaço cuidadosamente dosado, que vai da cozinha dada como um laboratório químico, ao esconderijo para os barbantes e as rolhas usadas. Senhores construtores, quando entenderéis que experimentamos uma necessidade intensa de poesia, quando acabareis de nos dar a pílula dos frontõesinhos e das balastradas para fazermos engolir a insuficiência moral das construções baseadas sobre a renda e o emprego? No fundo, aquilo que o homem do povo faz é mal criação. É mal criação com aquilo que os arquitetos de hoje fazem (BO BARDI In: FERRAZ, M. C. Arquitetura Rural na Serra da Mantiqueira. São Paulo: Empresa das artes, 1992).

Figura 16, 17 e 18 - À esquerda:Exposição Caipiras, Capiaus: Pau-a-pique, 1984 no SESC Pompéia. Fonte: Museu da Casa Brasileira



Figura 18 e 19: Casa do Benin, projeto de Lina Bo Bardi, em Salvador-BA. Fonte: Marina Silva (2017)





04 PRÁTICAS QUE HABITAM

Durante este trabalho, está sendo discutida a possibilidade de construção de uma prática habitacional que não exclui os cidadãos de seus processos de decisão. Tomou-se como caminho explorar o conceito de autoconstrução como expressão do ser no mundo. Todavia, não podemos alcançar inovação sem desconstruir a forma como enxergamos e praticamos arquitetura.

A mercantilização da profissão restringiu a atuação do arquiteto e urbanista para camada mais abastada da população. Uma das razões para isso é a venda do nosso trabalho através do projeto. Além da suposta integridade do resultado, a vantagem da produção planejada é a possibilidade de fazer orçamentos, alocação de recursos, cronogramas, aprovações legais, etc. Portanto o plano aumenta muito o grau de controle sobre a obra. Apesar disso, o preço do projeto é inacessível para grande parte da população e essa forma tradicional de fazer arquitetura também deixa o poder de decisão na mão de poucos. Tratando-se de habitação social, isso elimina a liberdade de decisão tanto dos trabalhadores envolvidos na construção quanto dos habitantes que farão uso da construção. (BALTAZAR; KAPP, 2006)

O funcionalismo praticado pelo Movimento Moderno ignora o livre arbítrio de comportamento do usuário predeterminando a função de todos os espaços projetados. No entanto, quanto mais fielmente se tenta representar (em pensamento e projeto) os futuros usos no espaço, mais esse espaço tende a atrofiar o uso real. Da mesma maneira, qualquer representação que o projetista por acaso tenha dos usos do espaço que projeta é infinitamente mais pobre do que poderia sê-lo num uso real não atrofiado pela predeterminação. Afinal, para representar algo que não está presente é preciso abstrair a realidade. Não conseguimos colocar no papel todas as nuances e dinâmicas proporcionadas pela interação do usuário com o espaço.

O plano ou projeto segue as etapas (demanda, concepção, construção e uso) em ordem linear eliminando os múltiplos vínculos entre essas etapas, sem deixar espaço para reciprocidades e simultaneidades. No geral, começa com uma conversa com o cliente (nem sempre usuário do espaço) para o estabelecimento do programa de necessidades seguido do desenho do plano, construção desse plano e por fim o uso (BALTAZAR; KAPP, 2006). Uma lição que podemos tirar da autoconstrução é a importância do processo e não do resultado final. No processo informal da autoconstrução, usuários e construtores têm plenos poderes sobre o que será construído. Através dos saberes populares constroem suas casas baseadas na experiência. Junto com a casa, vai erguendo-se também a ideia de lar. No entanto, em um processo formal para que haja

legalização diante dos órgãos, é preciso apresentar planos e projetos. Através disso é possível obter financiamentos e amparo jurídico, mas perde-se autonomia e poder de decisão.

O projeto participativo apresenta-se como uma alternativa para que usuários assumam parcialmente o poder de decisão já que nessa modalidade eles têm direito de voz e voto na elaboração do projeto. Nesse caso, a validade do processo depende do número de participantes para não recair num problema de representatividade. Para funcionar, o projeto deve ser elaborado por todos os envolvidos e numa situação em que possa ser revisto, criticado e reformulado num tempo condizente com a dinâmica dos eventos reais. (BALTAZAR; KAPP, 2006)

Os projetos participativos inseridos em programas governamentais aproximam o usuário do arquiteto, mas não o contrário: não aproximam o próprio procedimento de projeto no âmbito da lógica do uso e da construção. Não alteram o tradicional papel do arquiteto como designer de um produto acabado, pois somente assim é possível atender as exigências formais dos órgãos de aprovação e financiamento. Resumindo, o procedimento de planejamento, segundo Baltazar e Kapp (2006), impede uma ação direta dos participantes no espaço, já que a arquitetura é vista como um produto e pressupõe todas as etapas do projeto em ordem linear.

Com algumas exceções, intervenções em periferias que são promovidas por agentes externos (órgãos governamentais, acadêmicos ou ONGs) ignoram completamente a lógica de (sobre)vivência da comunidade, suas dinâmicas e peculiaridades (BALTAZAR; KAPP, 2006). Para atender ao papel social do arquiteto, nesses casos é preciso agir de forma inversa. O primeiro passo é entender a lógica de produção do espaço e depois apresentar propostas (elaboradas junto com os usuários) condizentes com essa realidade. A seguir serão apresentados três exemplos de arquitetura social que utilizam a autoconstrução, seus materiais e processos de formas diferentes.

Figura 21 - Projeto Favela Painting, idealizado pelos artistas Jeroen Koolhaas e Dre Urhahn. Além de contribuir para revitalização do Morro Santa Marta, ensinam jovens da comunidade a pintar. Fonte: Favela Painting (2010).



4.1. AUTOCONSTRUÇÃO COMO RESISTÊNCIA

Iniciado em 2015, o Workshop Vertical: Projetos de Impacto Regenerativo (Departamento de Arquitetura da Universidade Iberoamericana) funciona como um espaço acadêmico e prático de ação-reflexão sobre o papel atual dos arquitetos na produção social do habitat. Ministrado pelos professores Juan Casillas, Mariana Ordóñez e Jesica Amescua, o objetivo principal é despertar um sentido de responsabilidade nos estudantes através da investigação do potencial da arquitetura participativa como uma ferramenta de mudança socioambiental.¹

Os projetos executados no workshop surgem de demandas reais de populações carentes e são desenvolvidos mediante processos participativos e troca de saberes (técnicos e locais) construindo assim um conhecimento comum. Muito além de ter o desenho técnico como objetivo final, o processo com as pessoas são o centro dos projetos em seus três momentos: diagnóstico, desenho e construção. Trabalhar com o propósito de colaborar e adotar soluções que são óbvias nas comunidades, obriga a renúncia da autoria e sobretudo afasta o ego arquitetônico com a certeza de saber que há mais o que aprender sobre a vida desses moradores do que impor-lhes uma forma de viver moldada pelo design.

Em 2016 o grupo começou a trabalhar com a Fundação Mesoamérica Profunda A.C e a Rede Comunitária de Saúde e Ambiente de Tenejapa “Un Solo Corazon” A.C para concepção e execução de projetos de casas de partos em Chiapas. Até pouco tempo, a maior causa de mortes no município de Tenejapa (região de Los Altos de Chiapas) era por problemas relacionados ao trabalho de parto. Diante disso, e com a falta de serviços médicos na região, parteiras tradicionais de 22 comunidades uniram-se para resolver o problema e formaram a Rede de Parteiras “Un solo corazón A.C.”, associação que reduziu a zero a taxa de mortalidade materna e infantil atendendo 98% dos partos na região.

Embora tenham alcançado um alto índice de sucesso, a Rede de Parteiras ainda precisava de espaços apropriados e dignos para dar consultas, visto que atualmente elas são realizadas nas casas das pacientes. Por conta disso, a Fundação Mesoamérica Profunda está trabalhando com a Rede há alguns anos para construção desses espaços necessários para as parteiras exercerem seu trabalho sem contratempos e em condições salubres através da iniciativa *Casa de la partera*. Através dessa iniciativa em parceria com os professores e alunos, já foram construídas diversas casas.

Os projetos foram concebidos junto com as parteiras sob os princípios de impacto regenerativo. A metodologia de trabalho para o desenvolvimento dos projetos possui cinco fases: entendimento do lugar, intercâmbio de saberes, projeto participativo (maquetes de co-projeto), avaliação construtiva em escala real e construção final em colaboração com a comunidade. Dessa forma busca-se a participação ativa e consciente dos atores envolvidos e beneficiados. O financiamento também é colaborativo: 50% dos custos (materiais, trabalho e terreno) são fornecidos pela rede de parteiras, e os outros 50% são fornecidos por pessoas solidárias à iniciativa através de financiamento coletivo online.

¹ Fonte: ArchDaily.

Inicialmente foram realizadas pesquisas que auxiliaram na compreensão da tipologia habitacional vernacular da região, os sistemas construtivos tradicionais, os materiais locais, a conformação dos solares tzeltales e os núcleos familiares, bem como as formas de ocupar o território. Para isso a comunidade foi entrevistada sobre os usos e costumes relacionados ao habitar Tzeltal e o fotógrafo Onnis Luque registrou mais de 50 solares tradicionais no município. Também conversaram com as parteiras e acompanharam elas durante as consultas as pacientes. Através disto foi possível compreender a logística do trabalho que realizam e suas necessidades espaciais, tais como área de consulta, área de parto, fogão para esterilizar suas ferramentas, pórtico para espera da família, bem como complementos utilitários, como cordas e colchonetes para os partos verticais.

Estabelecer contato com a comunidade e com as parteiras foi um desafio por causa da barreira linguística entre o Tzeltal e o espanhol. Por isso desenvolveram uma ferramenta de trabalho que permitisse a comunicação de maneira simples, lúdica e ilustrativa. Junto com o arquiteto Roberto Rodríguez (Armando Casas), foram realizadas quatro sessões para projetar o modelo/brinquedo com base nos sistemas de construção tradicionais identificados na pesquisa e no programa arquitetônico necessário descrito pelas parteiras. O resultado foi um modelo composto de peças de diversos tamanhos e formas baseados nos sistemas construtivos tradicionais e que, ao se juntarem, geram diferentes possibilidades funcionais, formais e construtivas.

Nas sessões de projeto, realizadas com a orientação de Manuel Gómez (presidente da Rede), observou-se que as mulheres consideravam muito fácil conceber o espaço de uso prático, programa de arquitetura e o funcionamento. Porém, por não terem capacidade técnica, era difícil entenderem o sistema construtivo. Oposto aos homens da família que consideraram mais difícil iniciar o projeto a partir do funcionamento, já que para eles era muito mais fácil a concepção a partir da forma e do sistema construtivo. Isto se deve porque os homens são os que constroem as edificações e aprendem as técnicas de construção vernaculares desde crianças enquanto as parteiras entendem o espaço a partir do seu ofício e das suas necessidades. Conclui-se que a maneira de entender e produzir arquitetura está diretamente ligada à experiência pessoal e ao modo como a habitamos.

Após o fim da concepção projetual com as parteiras, foram definidas questões técnicas para a melhoria dos sistemas de construção tradicionais e, dessa forma, aumentar a vida útil dos materiais locais. Isso incentiva a autonomia da Rede a autoconstruir seus espaços de saúde e promove a cooperação da comunidade durante o processo de construção.

Figura 22, 23 e 24 - À esquerda: ilustração das peças baseadas nos sistemas construtivos tradicionais. À direita: estudantes projetando junto com as parteiras. Fonte: Comunal Taller de Arquitectura (2018)

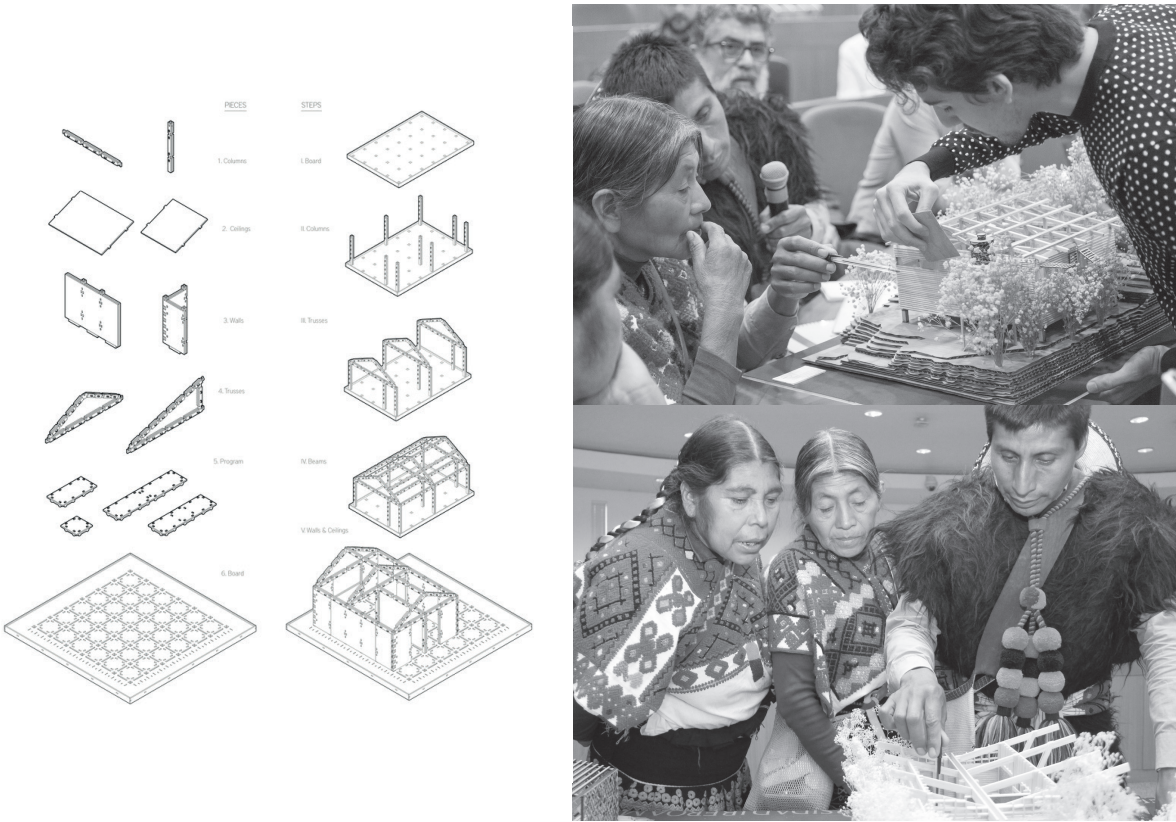


Figura 25, 26 e 27 - À esquerda: parteiras e seus familiares, estudantes e voluntários construindo a casa. Abaixo: Maquete da casa. À direita: Casa construída. Fonte: Comunal Taller de Arquitectura (2018)



Dos três casos, esse é o mais emblemático para identificar a autoconstrução como expressão do ser no mundo. O fato das parteiras, através de técnicas medicinais tradicionais e seculares, conseguirem solucionar um problema que o governo não se dispôs a resolver já é um manifesto de resistência. A construção das casas utilizando técnicas locais aperfeiçoadas cujo projeto e execução contou diretamente com a participação dos moradores vem para consolidar essa resistência. O valor da equipe de arquitetura nesse projeto está na sensibilidade de entender o contexto das pessoas que nem mesmo falam sua língua.

A metodologia utilizada na dinâmica de elaboração de projeto entre os alunos e as parteiras foi o diferencial. O fato deles projetarem inicialmente e serem confrontados por novas ideias ao apresentar o projeto para elas contribui muito para o que a equipe chama de “renúncia da autoria” e “afastamento do ego”. Os alunos veem que não se trata de uma competição como num concurso de arquitetura. Ao olhar os desenhos arquitetônicos e as maquetes, as parteiras enxergavam a forma como os estudantes haviam traduzido suas necessidades contemplando como sua nova casa funcionaria e não a obra de um artista. Não são casas altamente tecnológicas e pré-moldadas, mas foram essas que eles ajudaram a conceber e construir. É nelas que as parteiras e seus familiares se reconhecem e veem a continuação das tradições de seus ancestrais.

Figura 28, 29 e 30 - À esquerda: parteiras em sua nova casa. Abaixo: Parteira e sua família. À direita: Parteira atendendo paciente. Fonte: Comunal Taller de Arquitectura (2018)



4.2. AUTOCONSTRUÇÃO COMO POTENCIALIZAÇÃO DE PERTENCIMENTO

Mantida pela Fundação Bradesco a 40 anos, Fazenda Canuanã é uma escola rural em regime de internato localizada no município de Formoso do Araguaia (TO). A instituição acolhe 540 crianças e jovens de faixa etária entre 7 e 18 anos. Filhos de caboclos e indígenas que moram na zona rural do centro oeste brasileiro, região historicamente marcada por conflitos de terra entre índios, pecuaristas, agricultores, posseiros e, mais antigamente, exploradores de madeira nativa. Devido as grandes distâncias, o tempo de deslocamento impossibilita a rotina escolar sendo necessário o regime de internato. Diante disso, Canuanã precisa assumir vários papéis: casa, família, abrigo e escola.

O escritório Aleph Zero e Marcelo Rosenbaum foram convidados para repensar e qualificar as moradias dos estudantes. O principal foco do projeto era potencializar a ideia de pertencimento dos alunos a Canuanã. Para isso foi utilizado o Design Essencial, tecnologia social desenvolvida pelo Instituto “A Gente Transforma”, que trata a arquitetura como uma ferramenta de transformação social, capaz de conectar as crianças e jovens com os saberes dos seus antepassados. O processo de criação envolveu não só a equipe de arquitetura, mas também os alunos e corpo pedagógico da Fundação Bradesco. A solução arquitetônica encontrada foram módulos habitacionais, cada um para 6 crianças, dispostos embaixo de um grande telhado para criar sombra e separados em 2 vilas (masculina e feminina). No telhado há 3 rasgos onde ficam os pátios abertos cujo paisagismo proporciona o microclima dos biomas locais (Cerrado, Amazônia e Pantanal) reconectando as crianças com a biodiversidade do local.

É interessante observar que, mesmo sendo contratado por um terceiro (Fundação Bradesco), a equipe de arquitetura foi em Canuanã conhecer de perto a cultura local e desenvolver junto com os futuros moradores o projeto. Como arquitetos não podemos por nós mesmos criar o sentimento de pertencimento; ele se desenvolve com a relação entre os moradores e a moradia. O processo de concepção do projeto foi feito em várias etapas de pesquisa, imersão e colaboração com todos os envolvidos através de *workshops* e dinâmicas, buscando um entendimento comum do problema e de suas possíveis soluções através da ponte entre as técnicas vernaculares e um novo modelo de habitação sustentável.

Figura 31 - Projeto Moradias Infantis. Fonte: Leonardo Finotti (2017)



Houve um período inicial de livre observação para a realização de um workshop com os alunos. Perguntar as crianças e jovens sobre o seu imaginário de habitação levou ao mesmo resultado obtido na observação feita pelos arquitetos: faltava aos estudantes a percepção de onde terminava a escola e onde começava a moradia, vice-versa. O conceito do projeto (Canuanã é minha casa) foi formulado pelos alunos, arquitetos e equipe da escola. A discussão sobre a moradia ideal foi da escrita individual à coletiva. O processo evoluiu para a encenação, pelos alunos, das dez casas hipotéticas que conceberam em grupos. Partiu dos alunos o número de 6 pessoas por quarto o que resultou nos módulos. Entre os quartos estão áreas de convivência, como sala de TV, espaço para leitura, varandas, pátios, redários, auditório, área para brincar, entre outras. Essas novas propostas foram feitas em conjunto com os estudantes para tentar fortalecer a ligação deles com a instituição.

Houve também uma investigação sobre a casa dos pais dos alunos, casas autoconstruídas com adobe e que apresentam outros elementos vernaculares da região. O aprendizado dos saberes populares e sua tradução no projeto potencializa nos alunos o reconhecimento da beleza local, tanto a natural quanto da cultura indígena e das técnicas artesanais de construção.

A madeira laminada colada é predominante em toda a estrutura. Permite a fabricação de peças em grandes dimensões e até curvas, além do potencial ecológico e econômico. Inicialmente os arquitetos pensaram em fazer a estrutura de concreto, mas devido a falta de fábricas na região, levaria mais tempo e teria o custo mais elevado. No mais, o material se conecta melhor com o contexto. A vedação foi feita com alvenaria de adobe. Além de ser uma técnica popular e ter sido produzida no local, apresenta conforto térmico para edificação. Utilizando o saber da região, nas paredes voltadas para o exterior os tijolos são levemente inclinados gerando um muxarabi. Utilizados para individualizar os dormitórios, também estão presentes grafismos inspirados em pinturas corporais indígenas.



Figura 32 -Implantação do projeto Moradias Infantis.
Fonte: Leonardo Finotti (2017)

Nesse projeto podemos ver a aplicação do conceito de autoconstrução como ser no mundo. Viver numa edificação confortável não seria o suficiente para os alunos se sentirem em casa. Eles não poderiam com as próprias mãos edificar o prédio, mas desconstruindo a literalidade do termo autoconstrução, entendemos que participar na criação do projeto tem eficiência semelhante a autoconstruir. A função do projeto não foi criar o pertencimento, mas potencializar e oferecer possibilidades de experiência para os alunos no dia-a-dia criarem esse sentimento sozinhos. Em termos de prática profissional, os arquitetos não foram menos por utilizarem saberes populares. O papel deles foi proporcionar a ponte entre o erudito e o popular. Seja entre os alunos e arquitetura - através da criação de ferramentas para promover sua participação nos processos de concepção - seja na absorção de conhecimentos locais (sobre técnicas construtivas e modo de morar) e tradução no projeto.



Figura 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39 - Imagens da área interna da edificação. Fonte: Leonardo Finotti (2017)

4.3. AUTOCONSTRUÇÃO COMO INTERVENÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO

Considerado um dos arquitetos mais engajado socialmente a ganhar um Pritzker, Alejandro Aravena através do escritório Elemental já concluiu mais de 2.500 unidades de habitação social. O projeto pioneiro foi o Quinta Monroy desenvolvido em 2001 e entregue em 2003.

O desafio do projeto era abrigar 100 famílias no terreno de meio hectare que estava sendo ocupado por eles ilegalmente a mais de 30 anos no centro de Iquique, uma cidade no deserto do Chile. O escritório deveria trabalhar através do programa do Ministério de Habitação (chamado em livre tradução Habitação Social Dinâmica Sem Dívida) voltado para classe mais pobre da população. O programa oferece um subsídio de US\$ 7500 por família para financiar a compra do terreno, os trabalhos de infraestrutura e o de arquitetura. Com esse subsídio seria possível construir uma habitação de apenas 36 metros quadrado e o custo do terreno, devido a localização no centro da cidade, custaria três vezes mais do que uma habitação social normalmente pode pagar.

Um dos objetivos era não erradicar essas famílias para periferia e, diante dos dilemas, decidiram incluí-los no processo de compreensão do problema e busca por uma solução. Através de um design participativo, testaram quais eram as opções disponíveis no mercado. Casas em lotes separados acomodariam 30 famílias e em casas geminadas 60 famílias. A solução seria verticalizar, mas os moradores eram totalmente contra a construção de apartamentos minúsculos que não ofereciam possibilidade de ampliação.

A solução encontrada foi um projeto com aspectos de edifício e de casa. Uma família de classe média precisa de cerca de 80 m² para viver bem, mas na falta de investimento o mercado reduz a casa para 40 m². Em vez de fazer uma casa pequena de 36 m², a ideia foi construir a metade de uma casa de 72 m². Verticalizando como um edifício pode pagar pelo terreno caro e bem localizado. Como uma casa pode expandir-se. Cada edifício possui duas casas: uma no térreo (ampliável pelo quintal aos fundos e no espaço que separa os dois níveis) e um apartamento dúplex com espaço ao lado para crescer. Foi entregue construído o que consideraram que os moradores não seriam capazes de fazer individualmente como banheiros, cozinha, escadas e paredes divisórias. O restante a ser construído coube as famílias. O espaço de ampliação é delimitado na própria estrutura; a área permeável funciona como uma moldura para receber a expansão.

O Elemental vê o problema da habitação como um investimento social e não como um gasto. Apesar de transmitir para os moradores a responsabilidade de ampliar a construção, a equipe considerou que mantendo-os no mesmo terreno preservariam sua rede pessoal e seus empregos. Ou seja, manteve-se a renda familiar que poderiam juntar para financiar a obra. Com a casa localizada no centro da cidade, há valorização do imóvel que atualmente vale três vezes mais do que o seu custo. Após Quinta Monroy, o escritório já projetou mais três habitações seguindo o mesmo princípio.

Figura 40 e 41 - À esquerda: Quinta Monroy na inauguração. À direita: ampliação feita pelos moradores. Fonte: Elemental (2003/2012)



Figura 42 e 43 - À esquerda: área interna de uma das residências do Quinta Monroy na inauguração. À direita: ampliação na área interna de uma das residências feita pelos moradores. Fonte: Elemental (2003/2012)



Em termos de autoconstrução como expressão do ser no mundo, o projeto possui vários aspectos interessantes: a garantia de um terreno bem localizado, inclusão dos moradores no processo tanto para entender a problemática quanto para oferecer soluções, liberdade de ampliação (ou até não ampliação) da forma que mais convir a família e o aproveitamento do subsídio da melhor forma que pôde ser feito. Porém, considerando que o projeto está inserido num contexto capitalista em um país com altos índices de desigualdades, há nuances que valem ser discutidas.

O edifício possui uma estrutura que garante a qualidade técnica e a autoconstrução atua como forma da família ampliar e personalizar a sua casa, sendo a responsabilidade depositada totalmente no morador. Por um lado, garante autonomia com certo limite, mas por outro lado exige em alguma medida o arquiteto. Não foram feitas normas para construção posterior nem houve um acompanhamento pós ocupação. O resultado é que alguns excederam o limite máximo permitido. A proximidade das casas e tendo o pátio como espaço comum ampliam as tensões entre vizinhos, além da falta de privacidade nos quintais por conta das casas no andar superior. Os pátios destinados a lazer e arborização tornaram-se estacionamento. Como apontado por Barros (2015), a avaliação da qualidade espacial é feita através de fotografias dos edifícios recém construídos e vazios. O que acontece depois não mais é responsabilidade ou interesse dos arquitetos. Isso mostra quão pouco na arquitetura é valorizado o processo e a avaliação dos próprios moradores.

Alejandro Aravena, em abril de 2016 ao ganhar o Prêmio Pritzker, disponibilizou os quatro projetos de habitação social no site do Elemental para uso livre, método conhecido como open source. Na época, afirmaram que de agora em diante os projetos são de domínio público, uma fonte aberta que, esperavam, poderia descartar mais uma das desculpas que mercados e governos usam para não abordarem o desafio da rápida urbanização. A partir disso podemos entrar em algumas discussões.

O projeto Quinta Monroy está inserido num contexto específico. Os moradores ocupavam informalmente a mais de 30 anos um terreno central, caso raro principalmente em países subdesenvolvidos devido a alta especulação imobiliária e desigualdade social. O antigo rancho Monroy, antes explorado por uma coopertativa nos anos 70, recebia as famílias necessitadas que pagavam um pequeno aluguel mensal e podiam ocupar uma parcela do terreno. Construíram suas casas da forma que podiam e sem obedecer a regulamentação urbana. Quinta Monroy em 15 anos se transformou em um assentamento densamente ocupado por famílias com casas feitas de materiais precários. Nos anos 90 o grupo começou as ações legais para serem reconhecidos como proprietários do lugar que fundaram e, após apoio do programa Chile Bairro e do Ministério da Habitação, o escritório Elemental foi contratado para fazer o projeto. Inclusive, disso surge a necessidade de construir com US\$ 7500 por família pois era o valor que o programa podia financiar. A replicação do projeto em outros lugares implica em resolver outras realidades com princípios desenvolvidos inicialmente numa situação atípica. Se num primeiro momento foi através de conversa com os moradores que chegou-se nesse resultado, como isso acontece em outras comunidades se o projeto já vem pronto ou com poucas alterações a serem feitas?

Figura 44 e 45 - À esquerda: área interna de uma das residências do Quinta Monroy na inauguração. À direita: ampliação na área interna de uma das residências feita pelos moradores. Fonte: Elemental (2003/2012)



Figura 46 e 47 - Projetos do escritório Elemental que seguem a mesma proposta do Quinta Monroy. À esquerda: Villa Verde. À direita: Monterrey. Fonte: Elemental (2010)





Fonte: Acervo Pessoal.

05 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo atual de projetar habitação social, ao ter como verdade única a razão, menospreza toda experiência de ser espontânea do homem. Isto se opõe diretamente ao que transforma um alojar num autêntico habitar, já que a habitação torna-se um verdadeiro lar quando o morador a interpreta e se reconhece nela. Grande parte da população brasileira recorre à autoconstrução para ter acesso à moradia e o repertório arquitetônico utilizado provém de sua herança cultural e da observação do entorno de onde vivem. Estabelecendo uma relação desta realidade com o pensamento de Heidegger chega-se ao conceito de Autoconstrução: expressão do ser no mundo.

Ao explorar possibilidades de participação dos moradores nos processos de decisão, precisamos conhecer o modo de morar do povo brasileiro. Portanto é essencial inteirar-se sobre a autoconstrução. É de suma importância os arquitetos conhecerem e aprimorarem essas técnicas vernaculares, caso o objetivo seja proporcionar uma real qualidade arquitetônica a habitações sociais.

Nesse sentido, precisamos repensar a prática arquitetônica. Para promover processos participativos eficientes, o arquiteto tem que perder o status de artista demiurgo para se tornar um profissional que coloca os seus conhecimentos a serviço das verdadeiras necessidades da população no sentido de contribuir para o ser dos homens no mundo, que é o sentido existencial de habitar proposto por Heidegger.

06 REFERÊNCIAS

Percepções da sociedade sobre Arquitetura e Urbanismo, Pesquisa CAU/BR-Datafolha. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/pesquisa-caubr-datafolha-revela-visoes-da-sociedade-sobre-arquitetura-e-urbanismo/>>

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil (1930-1945) : o caso de São Paulo.** *São Paulo*, FAUUSP, Tese de Doutorado, 1994.

HARMS, Hans H. **Historical Perspectives on the Practice and Purpose of Self-Help Housing.** In: WARD, Peter M. (org), Self-Help Housing: A Critique. Mansell Publishing Limited, London, 1982.

SILVA, Helena Menna Barreto. **Terra e moradia: que papel para o município?** Tese (Doutorado), FAUUSP, 1997.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.** São Paulo, Editora Global, 1986.

BALTHAZAR, Renata Davi Silva. **A permanência da autoconstrução: um estudo de sua prática no Município de Vargem Grande Paulista** Tese (Mestrado), FAUUSP, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

BOLAFFI, Gabriel. **Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema.** In: A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

BURGUESS, Rod. **Self-help housing advocacy: a curious form of radicalism. A critique of John F.C. Turner.** In: WARD, Peter M. (org), Self-Help Housing: A Critique. Mansell Publishing Limited, London, 1982.

TURNER, J.F.C.; FICHTER, R. Edição em espanhol: **Libertad para construir.** Ed. Século XX, 1976. Freedom to build, Collier Macmillan, Nova York, 1972.

TURNER, J.F.C. Edição em espanhol: **Vivienda, todo el poder para los usuarios.** Ed.H.Blume, 1977. Housing by People, London, Marion Boyars, 1976.

LEFEBVRE, H. **The production of space.** Oxford: Blackwell, 1991.

KAPP, S. **Casa alheia, vida alheia: uma crítica da heteronomia.** V!RUS, São Carlos, n. 5, 2011. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus05/?sec=3&item=2&lang=pt>>. Acesso em: 26 de março de 2019.

MORADO NASCIMENTO, Denise; TOSTES, Simone Parrela. **Espaço público e políticas habitacionais lusófonas.** In: Congresso Internacional (DA) Habitação no Espaço Lusófono, 1., 2010, Lisboa. Lisboa: ISCTE/IUL, 2010, p.1-23. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3936>>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política: ensaios para mundos al-**

ternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da Ginga.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

HEIDEGGER, Martin. **Construir, Habitar, Pensar.** In: Ensaios e Conferências. (trad.) Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes. 2ª ed. 2002.

ÁBALOS, Iñaki. **A boa-vida: visita guiada às casas da modernidade.** Barcelona: G.Gili, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 1ª edição, 2000.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.

CAMPELLO, M. F. M. B. **A casa como habitat: a utopia moderna do morar nas páginas de uma revista brasileira.** In: I Encontro Nacional de Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. (ENANPARQ). Rio de Janeiro: ENANPARQ, 2010.

VILLA, Emilio. **Vasos e tecidos brasileiros num Museu Romano.** Habitat, n.8, jul.-set, 1952.

BALTAZAR, Ana Paula;KAPP, Silke. **Por uma Arquitetura não Planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços.** Impulso (Piracicaba), v. 17, p. 93-103.

ZATARAIN, Karina.2017.**Workshop universitário realiza projetos para a construção de casas de parto no México.** Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/872859/workshop-universitario-realiza-projetos-para-a-construcao-de-casas-de-parto-no-mexico>>. Acesso em: 04 de março de 2019.

MÉNDEZ, Juan Pablo Rodríguez.2017.**Estos proyectos estudiantiles buscan mejorar las condiciones de trabajo de las parteras en los Altos de Chiapas, México.** Disponível em: <<https://www.archdaily.mx/mx/872957/estos-proyectos-estudiantiles-buscan-mejorar-las-condiciones-de-trabajo-de-las-parteras-en-los-altos-de-chiapas-mexico>>. Acesso em: 04 de março de 2019.

ZATARAIN, Karina.2018.**Arquitetura que transcende barreiras de linguagem: Casas de Parto no México.** Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/887681/arquitetura-que-transcende-barreiras-de-linguagem-casas-de-parto-no-mexico>>. Acesso em: 04 de março de 2019.

COOPERATIVA Visiones.2018. **LARGO “Casa Partera” Proyecto Ganador del Premio CEMEX-TEC 2017 (Español-Tseltal).** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Wf3QAa56xuM&feature=youtu.be&fbclid=IwAR0K4DquSgOhK5NU-aC7g0oNKRZPR-3fLT5BfyZ1mU7MRhTNvOueffzIXHnM>>. Acesso em: 04 de março de 2019.

ARCHDAILY. 2017. **Moradias Infantis/Rosenbaum@+AlephZero.** Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/879961/moradias-infantis-rosenbaum-r-plus-aleph-zero>>. Acesso em: 04 de março de 2019.

ROSENBAUM. 2017. **Moradas Infantis Canuanã - Fundação Bradesco.** Disponível em: <<http://rosenbaum.com.br/projetos/fundacaobradescocanuana/sobre-o-projeto/>>. Acesso em: 04 de março de 2019.

PROJETO Design. 2017.**Canuanã é minha casa.** Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/rosenbaum-e-aleph-zero-moradias-estudantis-formoso-do-a-raguaia-to>>. Acesso em: 04 de março de 2019.

TED Talks. 2014.**My architectural philosophy? Bring the community into the process.**

Disponível em: <https://www.ted.com/talks/alejandro_aravena_my_architectural_philosophy_bring_the_community_into_the_process?language=en>. Acesso em: 04 de março de 2019.

BARROS, Fabián.2015. **La desigualdad es elemental: conjeturas ideológicas para una crítica a Quinta Monroy**. Disponível em: <<http://dpa-etsam.aq.upm.es/gi/arkrit/blog/la-desigualdad-es-elemental-conjeturas-ideologicas-para-una-critica-a-quinta-monroy/>>. Acesso em: 04 de março de 2019.

JIMÉNEZ, Alberto Corsín.2016.**Open source urbanism after the Pritzker Prize**.Disponível em: <<http://dpa-etsam.aq.upm.es/gi/arkrit/blog/la-desigualdad-es-elemental-conjeturas-ideologicas-para-una-critica-a-quinta-monroy/>>. Acesso em: 04 de março de 2019.

ARCHDAILY. 2012. **Quinta Monroy / ELEMENTAL**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-28605/quinta-monroy-elemental>>. Acesso em: 04 de março de 2019.

HICHE, Patricio Mardones.2016. **Quinta Monroy 12 anos depois: uma análise da habitação social de Alejandro Aravena**. Disponível em: <<https://au.pini.com.br/2016/03/quinta-monroy-12-anos-depois-uma-analise-da-habitacao-social-de-alejandro-aravena/>>. Acesso em: 04 de março de 2019.

